Triunfo
Grandes desafios, soluções inteligentes.

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPIS3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Novo Mercado IGC-NM

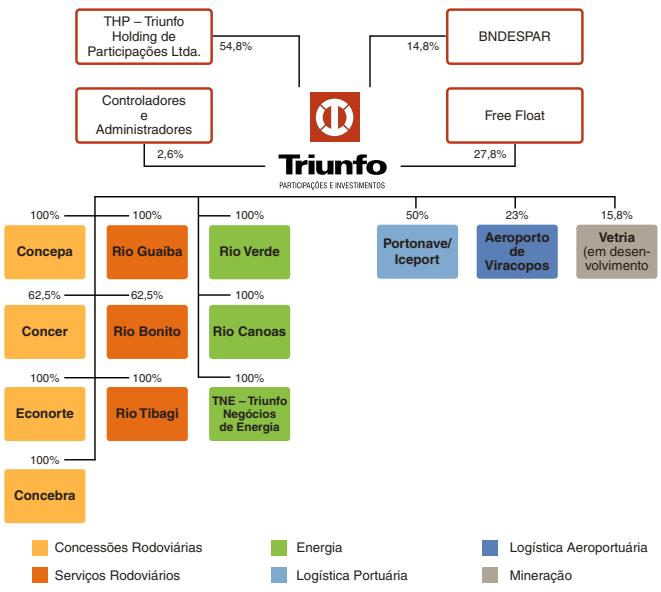
Relatório da Administração 2013

1 Aos Acionistas:

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Companhia") relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, ajustado às práticas contábeis vigentes, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.
Os demais documentos produzidos pela Triunfo para serem discutidos na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2014, no Hotel Caesar Business, localizado na Rua Olimpíadas, 205, sala São Paulo 07, Cep: 04551-000, Vila Olímpia, São Paulo, estão disponíveis no website (www.triunfo.com/ri) e na sede da Companhia.

2 Perfil Corporativo

A Triunfo Participações e Investimentos é uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com sólida atuação nos segmentos de concessão de rodovias, administração portuária, geração de energia e administração aeroportuária. Em comum a todos os negócios está a administração de serviços públicos por meio de concessão ou autorização.
A Companhia está listada desde 2007 no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&FBOVESPA e suas operações estão presentes nos principais estados do país, empregando cerca de 3.400 profissionais diretos.
Concessão de rodovias:
No setor de concessões rodoviárias, a Triunfo já opera desde a década de 90, 642 quilômetros de rodovias, por meio de três concessionárias: a Econorte, que administra 341 km de rodovias no norte do Paraná, a Concepa, que opera 121 km no Rio Grande do Sul, ligação entre a capital do estado, Porto Alegre, e o litoral e também a Concer, presente na BR 040, trecho de 180 km que liga o Rio de Janeiro a Minas Gerais. E no final de 2013, após oferecer o maior deságio na tarifa de pedágio, a empresa venceu o leilão para administrar as rodovias BR 060, BR 153 e BR 262, entre o Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. Ao todo foram adicionados mais 1.176,50 quilômetros ao portfólio deste segmento. O contrato de concessão do novo trecho foi assinado no final de janeiro de 2014.
Administração Portuária:
No setor de administração portuária, atua através da Portonave, empresa da qual detém 50% de participação. A Portonave iniciou operação em outubro de 2007, está localizada em Navegantes, Santa Catarina, e é um dos terminais portuários mais modernos do país.
Atualmente, a Portonave é o terminal que mais movimenta contêineres em Santa Catarina, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ – e já figura entre os três maiores do país. Além do terminal, a Portonave controla a Iceport, uma *trading company* que é responsável pela movimentação de carga própria e que também opera uma câmara frigorificada com capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada.
Geração de energia:
No setor de geração de energia, a Rio Verde administra a concessão da Usina Hidrelétrica Salto, em Goiás, com capacidade instalada de 116 MW. A Rio Verde iniciou operação comercial em maio de 2010 e tem 100% da energia assegurada já vendida, até 2026, para a Votener, empresa do Grupo Votorantim.
O outro projeto no segmento de energia é a Rio Canoas que foi criada para operar a concessão da Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina. A usina tem capacidade instalada de 191,9 MW e 70% da energia vendida por todo o prazo da concessão. A usina iniciou operação comercial em setembro de 2013, treze meses antes do cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e desde então já contribui para a geração da caixa da companhia.
Administração Aeroportuária:
Em 2012, reforçando mais uma vez seu pioneirismo, a Triunfo entrou no segmento de administração aeroportuária, após vencer o leilão para operar por 30 anos o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, através de uma parceria com a UTC Participações e a *Egis Airport Services*.
O Aeroporto de Viracopos está localizado há 90 km de São Paulo e é um dos principais aeroportos de cargas do país. A primeira fase de modernização do aeroporto de Viracopos, já em estágio final, inclui a construção de um terminal para 14 milhões de passageiros, 28 *fingers* para aeronaves e estacionamento para 4 mil veículos.
A Triunfo foca seu trabalho na busca de negócios gerados pelo avanço e pelo aprimoramento da infraestrutura nacional, procurando sempre expandir sua área de atuação, observando o adequado retorno financeiro aos seus acionistas.



3 Principais destaques de 2013:

- Ao final de 2013 as participações nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontravam-se destinadas à venda e a Maestra, NTL e Vessel, que operavam no segmento de cabotagem, foram classificadas nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas.
- **Suspensão da Operação de Cabotagem –** Em novembro de 2013, a Triunfo suspendeu a operação de cabotagem. Tendo em vista o atual cenário favorável para novos negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo decidiu por focar seus esforços nestas oportunidades, sobretudo visto que o desafio operacional demoraria mais do que o esperado para reverter os sucessivos resultados negativos.
- **Entrada da BNDESPAR –** Em 2013, a Triunfo realizou aumento de capital que viabilizou a entrada da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) no capital da companhia. Após conclusão do processo, a BNDESPar passou a ter 14,8% de participação na Triunfo.
- **Início da Operação de Rio Canoas –** A Rio Canoas antecipou em 13 meses o início da operação comercial a plena capacidade da Usina de Garibaldi.
- **Leilão das BRs 060, 153 e 262 –** Em dezembro de 2013, o governo federal concluiu a licitação de cinco trechos de rodovias. A Triunfo venceu o leilão das BRs 060, 153 e 262, um importante corredor de escoamento de produção agrícola e minério, entre o Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. A Concebra (Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.), criada para operar a nova concessão, vai administrar o maior trecho já concedido no Brasil. A vitória no leilão fortalece a presença da Triunfo no segmento rodoviário e reforça o compromisso de investir de maneira seletiva em novos negócios, tendo como base rigorosos critérios de retorno de investimento.
- **Prêmios e reconhecimentos** – As concessionárias de rodovias **Concepa** e **Concer** foram mais uma vez eleitas as melhores rodovias federais do país, de acordo com o Guia Rodoviário 2013-2014, da Revista Quatro Rodas. No ranking nacional a Concepa manteve o oitavo lugar e a Concer conquistou a décima posição. A **Portonave** recebeu um prêmio internacional e foi reconhecido como o melhor operador portuário do mundo pela Lloyd's List Global Awards 2013, publicação britânica especializada na indústria marítima. A **Triunfo** foi destaque setorial do prêmio Abrasca de Criação de Valor 2013 no setor de transportes e logística. Em 2013, após concluir o primeiro ano sob gestão da concessionária **Aeroportos Brasil Viracopos**, o aeroporto de Viracopos já desponta como o melhor aeroporto do país, segundo avaliação dos passageiros, em pesquisa realizada pela Secretaria da Aviação Civil – SAC.

4 Desempenho Operacional

Os dados apresentados nessa seção referem-se a 100% dos negócios.
a. Segmento Rodoviário

Concessionária	Rodovia	Estado	Extensão Administrada	Data da Concessão	Término da Concessão
Concepa	BR-290	RS	121,0 km	04/07/1997	jul/17
Concer	BR-040	RJ/MG	180,0 km	01/03/1996	mar/21
Econorte	BR-369, PR-323, PR-445, PR-090, BR-153, BR-470	PR	341,0 km	14/11/1997	nov/21
Concebra*	BR-060, BR-153 e BR-262	DF/GO/MG	1.176,5 km	31/01/2014	Fev/43
Total			**1.818,5 km**		

***em fase pré-operacional.**

Tráfego de nossas rodovias (+4,9%)
Analisando o desempenho acumulado de 2013 observa-se um acréscimo de 4,9% no volume de tráfego em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 86.029 mil veículos equivalentes. Neste mesmo período, nossas concessionárias Concer, Concepa e Econorte, apresentaram crescimento individual de 3,3%, 6,7% e 4,0%, respectivamente.
Apesar do aumento no tráfego de veículos no longo prazo estar relacionado ao PIB, verificamos um crescimento de 4,9% no tráfego de veículos nas rodovias administradas pela Companhia, em 2013, equivalente a mais de duas vezes o crescimento do PIB no mesmo período. Esse desempenho se deve à localização estratégica dos trechos administrados.

Tráfego Equivalente (mil)

	2013	2012	Δ
Tráfego equivalente total	**86.029**	**81.996**	**4,9%**
Tarifa média efetiva	7,5	7,2	3,7%
CONCER	**32.273**	**31.241**	**3,3%**
Tarifa média efetiva	**7,6**	**7,6**	**-0,1%**
Veículos pesados (mil)	16.456	16.119	2,1%
Veículos leves (mil)	15.817	15.122	4,6%
CONCEPA	**37.947**	**35.555**	**6,7%**
Tarifa média efetiva	**6,0**	**5,6**	**7,7%**
Veículos pesados (mil)	17.814	16.277	9,4%
Veículos leves (mil)	20.133	19.278	4,4%
ECONORTE	**15.809**	**15.200**	**4,0%**
Tarifa média efetiva	**10,8**	**10,2**	**5,3%**
Veículos pesados (mil)	10.400	9.956	4,5%
Veículos leves (mil)	5.409	5.244	3,1%

b. Segmento Portuário:
Portonave:
O Terminal Portuário de Navegantes movimentou 705.790 TEUs em 2013, o que representa um aumento de 13,8% comparado a 2012.
Veja abaixo os principais destaques operacionais e diferenciais competitivos que contribuíram para o recorde histórico de movimentação e receita da Portonave:
- Em 2013, a Portonave atingiu a marca de 3 milhões de TEUs movimentados;
- Movimentação recorde no mês de julho de 2013;
- Novas linhas foram incorporadas à carteira de clientes da Portonave;
- Atracação do primeiro navio de 300 m, validando a capacidade estrutural do terminal em receber embarcações de longo porte;
- Facilidade de acesso ao terminal pela Avenida Portuária, que liga a BR 470 direto ao estacionamento para caminhões da Portonave;
- Ampla estrutura de armazéns e portos secos no entorno, o que reduz custo logístico para o cliente;
- Serviços agregados: equipamentos e estruturas modernas que reduzem tempo de espera;
- Mão de obra treinada e qualificada;

Além da receita de movimentação de contêineres, outras receitas como armazenagem, *scanner*, aluguel de tomadas *reefer* e taxas de *ISPS code* também são consideradas na composição da receita da Portonave reportada a seguir na seção de desempenho financeiro.

Portonave

	2012	2012	Δ
TEUs – Twenty-equivalent unity	**705.790**	**620.026**	**13,8%**
Tarifa média efetiva (R$/TEU)	217,4	213,5	1,9%
Caixas movimentadas – total	**433.095**	**380.357**	**13,9%**
Caixa – Vazia (movimento no cais)	125.183	117.499	6,5%
Caixa – Cheia (movimento no cais)	307.912	262.858	17,1%

c. Segmento de Geração de energia:
Em 2013 o total de energia assegurada vendida pela Rio Verde à Votener foi de 593.927 MWh.
A energia total gerada e vendida pela UHE Salto em 2013 foi 663.500 MWh, superando a garantia física anual (365 dias) de 593.927, MWh, acumulando um excedente de geração de 69.573 MWh.
Com o início da geração comercial, a Rio Canoas vendeu 160.090 MWm ao longo de 2013.

Geração de Energia

	2013	2012	Δ
Rio Verde Energia (energia vendida MWm)	593.927	595.555	-0,3%
Rio Canoas Energia (energia vendida MWm)	160.090	–	100%

Durante os anos de 2010, 2011 e 2012, a Companhia manteve negociações de venda da Rio Verde e em 2013, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar também a participação na controlada Rio Canoas. Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas na rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas" nas Demonstrações Financeiras Individuais e segregado entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.
d. Aeroporto:
Em 2013, passaram pelo Aeroporto de Viracopos 127,3 mil aeronaves, que movimentaram 9.295 mil passageiros e 241,3 mil toneladas de carga. O volume de passageiros apresentou um crescimento de 4,9% em 2013. O volume de carga diminuiu 6,1% em 2012 em decorrência da retração do comércio mundial. Apesar da queda, ao longo de 2013, o Aeroporto de Viracopos foi maior importador e o segundo maior exportador, entre os aeroportos do país.

Aeroporto de Viracopos*

	2013	2012	Δ
Aeronaves (Mil)	127,3	115,5	10,2%
Passageiros (Mil)	9.295	8.859	4,9%
Carga (Mil Ton)	241,3	256,9	-6,1%

**A operação do aeroporto só foi transferida para a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos em novembro de 2012.*

5 Desempenho Econômico Financeiro

Desde 1º de janeiro de 2013, com a aplicação obrigatória das IFRS 10 e 11, a Companhia deixou de consolidar de maneira proporcional suas investidas controladas em conjunto (Concer, Maestra, Portonave e Aeroportos Brasil Viracopos) nas demonstrações financeiras. Concer passou a ser consolidada integralmente enquanto os resultados de Portonave e Aeroportos Brasil Viracopos estão refletidos no "Resultado de Equivalência Patrimonial". As controladas Maestra, NTL e Vessel foram classificada como "Participações Descontinuadas", assim como Rio Verde e Rio Canoas, que foram mantidas à venda. A referida mudança não alterou o resultado líquido consolidado da Companhia, porem, alterou isoladamente as rubricas do balanço, do resultado e dos fluxos de caixa.
Os dados apresentados nessa seção trazem os resultados de cada investida conforme tabela abaixo:

	Participação Triunfo (1)	Sociedade	Tipo de Consolidação
Concessões de Rodovias			
Concer	62,5%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Concepa	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Econorte	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Administração Portuária			
Portonave e Iceport	50,0%	Controlada em conjunto	Não é consolidada – equivalência patrimonial
Portonaus	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Administração Aeroportuária			
Aeroporto Brasil Viracopos	22,95%	Controlada em conjunto	Não é consolidada – equivalência patrimonial
Operação de Cabotagem			
Maestra	69,60%	Controlada	Não é consolidada – Resultado de Participação descontinuada
NTL	69,60%	Controlada	Não é consolidada – Resultado de Participação descontinuada
Vessel	69,60%	Controlada	Não é consolidada – Resultado de Participação descontinuada
Geração e Comercialização de Energia			
Rio Verde	100,0%	Controlada mantida à venda	Não é consolidada – Resultado de Participação descontinuada
Rio Canoas	100,0%	Controlada mantida à venda	Não é consolidada – Resultado de Participação descontinuada
Triunfo Negócios de Energia	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado

(1) Direta ou indiretamente

a) Receita Operacional Bruta (+0,1%)
Considerando os efeitos da adoção dos IFRS 10 e 11 que alteraram os critérios de consolidação das demonstrações financeiras, nossa receita operacional bruta consolidada no ano de 2013 foi de R$918,7 milhões, 0,1% maior que a receita bruta reportada em 2012.
As deduções da receita operacional bruta consolidada no ano de 2013 totalizaram R$75,7 milhões e representam redução de 8,9% quando comparadas com o mesmo período de 2012.

	2013	2012	Δ
Receita Operacional Bruta	**918.728**	**917.600**	**0,1%**
Arrecadação de Pedágio	643.841	591.652	8,8%
Receita de Construção	206.917	173.549	19,2%
Operação de Carga Própria	9.446	3.888	143,0%
Operação de Energia	47.937	–	n/c
Operação de Cabotagem	–	132.914	n/c
Outras Receitas	10.587	15.597	-32,1%
Deduções da Receita Bruta	**(75.686)**	**(83.054)**	**-8,9%**
Receita Operacional Líquida	843.042	834.546	1,0%
Receita de Construção	206.917	173.549	19,2%
Receita Operacional Líquida Ajustada	**636.125**	**660.997**	**-3,8%**

A receita líquida ajustada em 2013 alcançou R$636,1 milhões, principalmente por:
- Aumento do tráfego **(+5,2%)** e aumento da tarifa média efetiva **(+4,2%)** nas concessionárias de rodovias, gerando crescimento de **8,8%** na receita de arrecadação de pedágio no 4T13.
- Operações de venda de energia realizadas pela Triunfo Negócios de Energia (TNE), que adicionou **R$47,9 milhões** na receita bruta consolidada.
- Apesar de excluirmos a receita de construção de ativos de concessão da apresentação dos resultados, por se tratar de um efeito contábil que reflete os investimentos feitos nas concessões, sem efeito caixa, essa receita aumentou **19,2%** principalmente pelo volume maior de investimentos realizados nas rodovias.
- Com a descontinuidade da operação de cabotagem no 4T13, a receita gerada pelo negócio ao longo de 2013 não foi consolidada. Se excluirmos a receita de cabotagem de 2012, o crescimento de receita bruta consolidada seria de **17,1%**.

b) Custos Operacionais
Os principais itens que compõem os custos operacionais da Triunfo são: os gastos de operação e manutenção das rodovias, operação portuária, operação de energia e cabotagem, além de gastos com pessoal ligados à operação dos nossos negócios, depreciação e amortização e custo de construção das concessões rodoviárias.
Excluindo depreciação e amortização e custo de construção, os custos operacionais totalizaram R$132,8 milhões em 2013, o que representa redução de 53,5%, em relação a 2012.

	2013	2012	Δ
Custos Operacionais	**(513.727)**	**(615.187)**	**-16,5%**
Operação, manutenção e conservação da rodovia (serviços)	(64.336)	(49.818)	29,1%
Custos de manutenção – IAS 37	–	(1.665)	n/c
Custo de Construção	(206.917)	(173.549)	19,2%
Operação portuária	(3.868)	(828)	367,1%
Operação de Energia	(11.318)	n/c	
Operação de Cabotagem	–	(146.849)	n/c
Custo com pessoal	(35.250)	(72.215)	-51,2%
Obrigações da concessão	(18.032)	(15.755)	14,5%
Depreciação e Amortização	(174.006)	(154.508)	12,6%

Se excluirmos o custo de R$194,8 milhões, registrado em 2012 pela operação de cabotagem, que foi classificada como participação descontinuada em 2013, a variação seria aumento de 22,2% e os principais fatores foram:
- Aumento de 29,1% nos custos de operação e manutenção pelo: (i) maior volume de serviços de engenharia na Econorte já previstos no PER e, (ii) aumento dos custos com renovação de seguros na Concer.
- O segmento de geração de energia reconheceu R$11,3 milhões de custos em 2013, referente à compra de energia feita pela TNE.
- Em 2013 a rubrica de custo com pessoal está sem o efeito do negócio de cabotagem, que foi classificado como operação descontinuada, e por isso apresentou queda de 51,2%.
- Os efeitos da cabotagem nos custos operacionais de 2012 são: (i) R$146,8 milhões de custo com operação; (ii) R$39,1 milhões de custo com pessoal e; (iii) R$8,9 milhões de depreciação.

c) Despesas Operacionais
As despesas operacionais são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos e de consultoria, pelos gastos com pessoal, remuneração da administração e do pessoal de apoio administrativo, além de outras receitas, despesas extraordinárias, depreciação e amortização.

	2013	2012	Δ
Despesas Operacionais	**(68.627)**	**411.052**	**-116,7%**
Despesas gerais e administrativas	(54.336)	(47.299)	14,9%
Remuneração dos administradores	(20.436)	(15.732)	29,9%
Despesas com pessoal	(34.063)	(36.145)	-5,8%
Resultado de equivalência patrimonial	14.232	3.312	329,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	33.679	515.977	-93,5%
Depreciação e Amortização	(7.703)	(9.061)	-15,0%

Em 2013 as despesas operacionais atingiram R$68,6 milhões. Em 2012 foi reconhecida na rubrica de Outras despesas (receitas) operacionais a receita de R$506,3 milhões, referente ao reconhecimento do ganho de participação gerado pela controlada em conjunto Vetria. Para não gerar distorções na análise, excluímos o efeito dessa receita.
Assim, as despesas operacionais reduziram 27,9% na comparação anual, principalmente:
- Pelo resultado de equivalência patrimonial que traz o resultado líquido da operação da Portonave, Aeroportos Brasil e demais controladas em conjunto e alcançou R$14,2 milhões.
- O efeito da descontinuidade da Maestra que em 2013 não é consolidada, e em 2012 impactou R$9,8 milhões nas despesas consolidadas.

d) Resultado Financeiro (-2,4%)
O resultado financeiro está representado pelos juros, correções monetárias e remunerações pagas aos credores da Companhia, ajustados pelas receitas financeiras e pelo resultado de variação cambial. Em 2013 o resultado financeiro consolidado foi de R$150,2 milhões, em linha com o reportado em 2012.

	2013	2012	Δ
Resultado Financeiro	**(150.225)**	**(153.938)**	**-2,4%**
Receitas financeiras	20.186	13.269	52,1%
Despesas Financeiras	(170.411)	(167.207)	1,9%

e) Lucro Líquido do Exercício e Lucro Base de Dividendos
Em razão dos fatores apresentados anteriormente e principalmente em decorrência da descontinuidade da operação de cabotagem, apresentamos um prejuízo líquido consolidado de R$98,8 milhões em 2013. As operações em continuidade atingiram lucro líquido de R$48,1 milhões, a operação de Rio Verde e Rio Canoas, classificadas como descontinuadas, registrou lucro de R$44,2 milhões e o negócio de cabotagem registrou prejuízo de R$191,1 milhões.
O resultado das controladas Maestra, NTL e Vessel foi reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5). Imediatamente antes da classificação destas controladas como "Operações descontinuadas", o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foram estimados e então constituída uma provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R$ 130.656 (R$ 91.015 proporcional a participação da Companhia).
- Vale ressaltar que R$93,9 milhões de efeitos da descontinuidade do negócio não tem efeito caixa.

O lucro base de dividendos de 2013 foi de R$71,3 milhões.

	2013	2012	Δ
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	**(98.807)**	**515.557**	**-119,2%**
Parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	56.265	70.797	-20,5%
Constituição da Reserva Legal (5%)	–	(25.778)	n/c
Constituição da reserva de Lucros	–	(480.971)	n/c
Lucro Base de Dividendos	**(42.542)**	**79.605**	**n/c**
Reserva de retenção de lucro	176.503	143.618	**22,9%**
Distribuição de Dividendos Intermediários	(62.700)	(46.720)	**34,2%**
Saldo à disposição dos acionistas	**71.261**	**176.503**	**-59,6%**

f) Perfil da Dívida e Endividamento
Em 31 de dezembro de 2013, a Triunfo apresentou endividamento bruto de R$1.350,9 milhões, 0,9% inferior ao ano anterior.

Endividamento

	2013	2012	Δ
Endividamento curto prazo (i)	268.602	235.617	14,0%
Endividamento longo prazo (i)	1.082.316	1.127.275	-4,0%
Dívida Bruta	**1.350.918**	**1.362.892**	**-0,9%**
Disponibilidades (ii)	50.742	92.186	-45,0%
Dívida Líquida	**1.300.176**	**1.270.706**	**2,3%**

Rating
A Triunfo possui Rating Nacional de Longo Prazo 'A+(bra)' corporativo atribuído pela Fitch Ratings. De acordo com o relatório divulgado, o rating reflete o adequado perfil de negócios da Triunfo, baseado em sua diversificada carteira de ativos, que inclui concessões rodoviárias e atividades de energia e portuárias. Estas apresentam forte geração de caixa, razoável previsibilidade e baixa volatilidade de resultados. A Perspectiva do rating corporativo é Estável.
A afirmação do ratings reflete a expectativa da Fitch de que os significativos investimentos previstos pela Triunfo para os próximos três anos, com objetivo de expandir os negócios da companhia, não devem impactar fortemente a qualidade de crédito da empresa. A Triunfo deve financiar, com dívida adicional nos níveis dos projetos e da holding, a conclusão da usina de energia hidrelétrica de Garibaldi, em Santa Catarina, e implementar o projeto do Aeroporto de Viracopos, em Campinas.
Entretanto, caso ocorram acentuadas frustações nas expectativas da Fitch quanto ao crescimento da geração de caixa operacional consolidada e do fluxo de dividendos para a holding, levando a uma deterioração não esperada da alavancagem, e nos índices de cobertura da dívida desta, os ratings poderão ser reavaliados. Outro fator de pressão aos ratings seria o anúncio de novos investimentos relevantes que demandem maiores recursos de dívida e de capital, caso este último seja financiado com novas dívidas contraídas pela holding.

6 Recursos Humanos

Acreditando que uma empresa é constituída, primordialmente, de pessoas e que o elemento humano é fator de extrema importância para seu bom desempenho, a Triunfo e suas controladas investem de maneira considerável na formação de seus colaboradores.
Encerramos 2013 com aproximadamente 3,4 mil colaboradores engajados e comprometidos com os resultados positivos da Companhia. Investimos constantemente na melhoria social e profissional, oferecendo plano assistencial, previdência privada extensiva a todas as coligadas, política de financiamento acadêmico, treinamentos contínuos e buscando sempre a melhoria do ambiente organizacional. Políticas de Benefícios e de Cargos e Salários, alinhadas às melhores práticas de mercado, estão sendo aplicadas com objetivo de fomentar o trabalho dos colaboradores e oferecer perspectivas de construção de carreiras sólidas, orientadas para desenvolvimento do nosso negócio.
É nosso compromisso oferecer subsídios para promover o crescimento de nossos profissionais de maneira consistente e responsável.

7 Sustentabilidade

Ciente de seu papel na sociedade, a Triunfo busca conduzir sua atuação em conformidade com os preceitos do desenvolvimento sustentável. Uma ação de destaque nesse sentido, em 2013, foi a adesão ao Pacto Global das Nações Unidas. Ao se tornar signatária do Pacto, que reúne o maior grupo de responsabilidade corporativa do mundo – são 8 mil empresas em 135 países –, a Triunfo reafirmou seu compromisso com a sustentabilidade, comprometendo-se publicamente com a construção de um mundo mais inclusivo e igualitário.
A defesa dos direitos humanos, o respeito aos direitos do trabalho, a proteção ambiental e o combate à corrupção balizam os princípios universais do Pacto Global. Tais princípios permeiam todos os negócios desenvolvidos pela Triunfo nos mais diferentes segmentos e regiões do Brasil onde a Companhia se faz presente. Assim, constituem parte fundamental de sua estratégia de negócios, figurando como temas prioritários para garantir o êxito da Triunfo no longo prazo.
O comprometimento com a preservação ambiental também está expresso na Política de Sustentabilidade da Triunfo, tendo reflexo nos sistemas de gestão de suas empresas, de modo a minimizar impactos e promover o uso racional de recursos naturais. Além do cumprimento da legislação, os sistemas de gestão ambiental das empresas Triunfo têm como base compromissos voluntários assumidos, bem como certificações. Concepa, Econorte e Portonave, por exemplo, foram certificadas, em anos anteriores, conforme a norma NBR ISO 14001, em função da qual monitoram indicadores específicos de qualidade ambiental e são auditadas periodicamente. Em Viracopos, o sistema de gestão ambiental também tem como base os indicadores da ISO 14001, prevendo a conquista da certificação nos próximos anos.
O compromisso com o desenvolvimento social, por sua vez, tem como resultado diversos projetos socioambientais desenvolvidos pelas empresas Triunfo em suas regiões de atuação, bem como projetos culturais liderados pelo Instituto Sociocultural Triunfo. Ao longo de 2013, a Triunfo e suas empresas desenvolveram ações voltadas aos diferentes públicos com os quais interagem, em especial profissionais, comunidades, investidores e clientes. Essas ações e outras informações socioambientais de interesse dos stakeholders são reportadas anualmente no Relatório de Sustentabilidade da Triunfo, publicado em conformidade com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

8 Governança Corporativa

Como uma empresa participante do Novo Mercado da BM&FBovespa, a Triunfo acredita que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio.
A auditoria independente, da Directa Auditores, aplica assíduos procedimentos de prestação de contas aos acionistas e investidores. Em consonância com as boas práticas de Governança Corporativa e conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que os Auditores Independentes não prestaram qualquer outro tipo de serviço além dos serviços de auditoria.
A estrutura de gestão é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável, também, pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é formado por oito membros, sendo dois deles independentes.
A Diretoria Executiva é responsável pela gestão e execução do negócio, direcionados pelas deliberações do Conselho de Administração. Os diretores têm responsabilidades pessoais e são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos. A Diretoria Executiva da Companhia é composta por quatro membros.
O Conselho Fiscal da Triunfo foi instituído em 2010 em caráter não permanente, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. É constituído por três membros efetivos. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.
A posse dos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal da Triunfo está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.
A atuação da Triunfo é pautada, ainda, por normas internas adicionais que refletem os princípios de governança, como as Políticas de Divulgação, de Negociação de Valores Mobiliários, de Sustentabilidade e o Código de Conduta. Todas são formalmente emitidas e instrumentalizadas para assegurar a uniformidade e adequação das atividades das empresas do Grupo e seus colaboradores.
A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

9 Mercado de Capitais

Desde o IPO em 2007 a Triunfo aderiu ao Novo Mercado, o mais elevado padrão de Governança Corporativa da BM&FBovespa. As ações ordinárias da Triunfo são negociadas na BM&FBovespa

continua …

Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF 03.014.553/0001-91

Rua Olimpíadas, 205 – 14º andar – conj. 142/143 – São Paulo-SP | www.triunfo.com

TPIS3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG

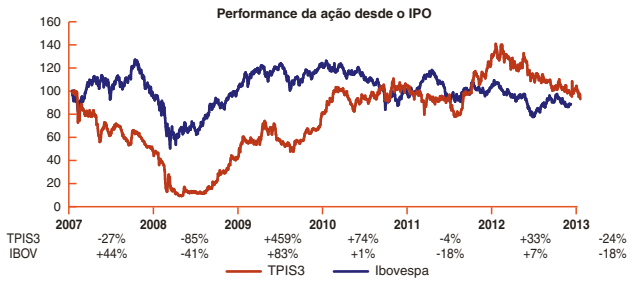
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Novo Mercado IGC-NM

... continuação do Relatório da Administração 2013

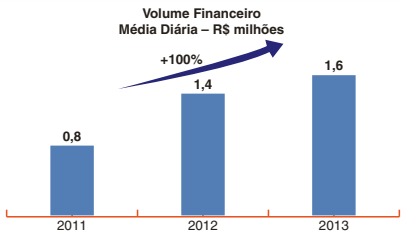
sob código TPIS3. Além disso, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano Over-The-Counter (OTC) sob código TPIUY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

10 Desempenho das Ações

Em 2013, as ações da Triunfo apresentaram uma desvalorização de 24,3% e encerraram o ano cotadas a R$9,50, enquanto o índice Ibovespa, principal indicador da BM&FBOVESPA, acumulou uma desvalorização de 15%.



A média do volume financeiro negociado apresentou em 2013 um aumento de 14,3% em relação a 2012, atingindo R$1,6 milhão e em relação a 2011 apresentou um aumento de 100%. A média diária de negócios foi de 491, com presença em 100% dos pregões da BM&FBovespa.



11 Dividendos

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas.

A declaração anual de dividendos exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Triunfo e irá depender de diversos fatores como os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras da Companhia, dentre outros.

Em 2013, a Triunfo distribuiu o montante de R$62,7 milhões em dividendos, o equivalente a R$0,36 por ação, como dividendo intermediário, baseado no lucro acumulado em exercícios anteriores.

12 Relações com Investidores

Acionistas, investidores e analistas de mercado têm a sua disposição informações no site: www.triunfo.com/ri. Além disso, o contato pode ser estabelecido através do e-mail: ri@triunfo.com ou pelo fone: +55 11 2169 3999.
A Triunfo acredita que uma comunicação transparente dos seus resultados é fundamental para que a comunidade financeira seja capaz de realizar uma análise correta de suas atividades.

13 Agradecimentos

Aproveitamos para agradecer nossos acionistas, usuários, prestadores de serviços e, em especial aos nossos colaboradores, que tanto ajudam em nosso crescimento, por mais um ano de trabalho dedicado à Companhia.

14 Informações Corporativas

Conselho de Administração
Luiz Fernando Wolff de Carvalho *– Presidente do Conselho*
Fernando Xavier Ferreira *– Conselheiro Independente Efetivo*
Marcelo Souza Monteiro *– Conselheiro Independente Efetivo*
Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz *– Conselheiro Efetivo*
João Villar Garcia *– Conselheiro Efetivo*
Leonardo de Almeida Aguiar *– Conselheiro Efetivo*
Ricardo Stabille Piovezan *– Conselheiro Efetivo*
Ronald Herscovici *– Conselheiro Efetivo*

Conselho Fiscal
Bruno Shigueyoshi Oshiro *– Membro Efetivo*
Vanderlei Dominguez Rosa *– Membro Efetivo*
Paulo Roberto Franceschi *– Membro Efetivo*
Eduardo da Gama Godoy *– Membro Suplente*
Alberto Sammarone Silveira Lima *– Membro Suplente*
Giorgio Bampi *– Membro Suplente*

Diretoria Executiva Estatutária
Carlo Alberto Bottarelli *– Diretor Presidente e de Energia*
Sandro Antonio de Lima *– Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores*
Paula Paulozzi Villar *– Diretora de Coordenação Jurídica*
Luiz Eduardo Barros Manara *– Diretor de Relações Institucionais*

Contador
Hermes Oliveira *– CRC 1PR 051.928/O-9 "S"*

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2013 e 2012 *(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)*

	Nota explicativa	Controladora – BRGAAP 2013	Controladora – BRGAAP 2012	Consolidado – IFRS 2013	Consolidado – IFRS 2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**36.108**	39.553	**50.668**	54.331
Aplicações financeiras vinculadas	5	**–**	28.389	**–**	36.154
Contas a receber de clientes	6	**–**	–	**59.237**	62.285
Adiantamento a fornecedores		**185**	1.459	**4.972**	11.705
Impostos a recuperar	7	**8.613**	8.024	**10.126**	15.876
Contas a receber – partes relacionadas	9	**95.157**	44.481	**80.034**	36.625
Participações à comercializar	10	**661.965**	575.644	**–**	–
Despesas de exercícios seguintes	11	**93**	99	**1.651**	1.828
Outros créditos		**52**	51	**1.035**	5.058
Total do ativo circulante		**802.173**	697.700	**207.723**	223.862
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras vinculadas	5	**–**	–	**74**	1.701
Contas a receber de clientes	6	**–**	–	**–**	–
Créditos tributários diferidos	8	**–**	–	**13.500**	85.441
Contas a receber – partes relacionadas	9	**89.443**	85.760	**102.117**	33.691
Despesas de exercícios seguintes	11	**–**	–	**–**	425
Depósitos judiciais		**162**	141	**2.857**	2.477
Impostos a recuperar	7	**–**	–	**4.643**	3.628
Outros créditos		**–**	–	**47**	12.677
		89.605	85.901	**123.238**	140.040
Investimentos:					
Em controladas e equiparadas	12	**1.839.241**	1.717.087	**1.133.055**	1.197.790
Outros investimentos		**–**	–	**61**	49
Imobilizado	13	**10.386**	10.701	**63.773**	200.000
Intangível	14	**152.883**	150.926	**1.490.739**	1.387.480
		2.002.510	1.878.714	**2.687.628**	2.785.319
Total do ativo não circulante		**2.092.115**	1.964.615	**2.810.866**	2.925.359
Ativos de operações descontinuadas e participações a comercializar	10	**–**	–	**1.920.849**	1.371.270
Total do ativo		**2.894.288**	2.662.315	**4.939.438**	4.520.491

	Nota explicativa	Controladora – BRGAAP 2013	Controladora – BRGAAP 2012	Consolidado – IFRS 2013	Consolidado – IFRS 2012
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		**1.466**	883	**27.946**	39.561
Empréstimos e financiamentos	16	**68.737**	4.578	**199.804**	142.465
Debêntures	17	**12.937**	39.929	**68.798**	93.152
Obrigações contrato de concessão	15	**–**	–	**12.731**	8.532
Salários, provisões e contribuições sociais		**1.433**	1.145	**10.011**	16.103
Impostos, taxas e contribuições	18	**440**	1.437	**20.501**	36.733
Adiantamento de clientes		**–**	–	**541**	1.352
Dividendos propostos	23 b)	**–**	–	**109**	119
Contas a pagar – partes relacionadas	9	**31.795**	34.967	**7.996**	14.857
Operações descontinuadas	10	**97.386**	–	**–**	–
Contratos de aquisição de ativos	20	**–**	–	**1.000**	1.000
Arrendamento mercantil	33	**34**	58	**34**	5.355
Outros débitos		**7.501**	2.451	**9.812**	4.355
Total do passivo circulante		**221.729**	85.448	**359.283**	363.584
Não circulante					
Exigível a longo prazo:					
Obrigações contrato de concessão	15	**–**	–	**21.230**	28.437
Empréstimos e financiamentos	16	**13.776**	18.343	**20.789**	104.316
Debêntures	17	**693.240**	654.505	**1.061.527**	1.022.959
Impostos, taxas e contribuições	18	**–**	–	**1.843**	5.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	**–**	–	**174.310**	187.892
Receitas diferidas, líquidas	21	**–**	–	**10.870**	12.540
Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	**–**	–	**3.723**	3.461
Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	12	**449**	53.763	**49**	49
Arrendamento mercantil	33	**–**	34	**–**	20.715
Contratos de aquisição de ativos	20	**3.250**	6.500	**3.250**	6.500
Outros débitos		**–**	–	**536**	675
Total do passivo não circulante		**710.715**	733.145	**1.298.127**	1.392.876
Patrimônio líquido	23				
Capital social		**842.979**	512.979	**842.979**	512.979
Reservas de capital		**(14.142)**	7.777	**(14.142)**	7.777
Reservas de lucros		**580.723**	685.965	**580.723**	685.965
Resultados abrangentes		**552.284**	637.001	**552.284**	637.001
Participação de acionistas não controladores		**–**	–	**139.491**	124.683
Total do patrimônio líquido		**1.961.844**	1.843.722	**2.101.335**	1.968.405
Passivos de operações descontinuadas e participações a comercializar	10	**–**	–	**1.180.693**	795.626
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.894.288**	2.662.315	**4.939.438**	4.520.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora – BRGAAP 2013	Controladora – BRGAAP 2012	Consolidado – IFRS 2013	Consolidado – IFRS 2012
Operações em continuidade					
Receita operacional líquida	24	**–**	**–**	**843.042**	834.546
Custos dos serviços prestados					
Operação, manutenção e conservação de rodovias		**–**	**–**	**(64.336)**	(49.818)
Custo de manutenção – IAS 37		**–**	–	**–**	(1.665)
Custo de construção		**–**	**–**	**(206.917)**	(173.549)
Operação portuária		**–**	**–**	**(3.868)**	(828)
Operação de energia		**–**	–	**(11.318)**	**–**
Operação de cabotagem		**–**	**–**	**–**	(146.849)
Custo com pessoal		**–**	**–**	**(35.250)**	(72.215)
Depreciação do imobilizado (custo)		**–**	**–**	**(1.010)**	(9.867)
Depreciação do imobilizado (mais valia)		**–**	**–**	**–**	**–**
Amortização do intangível (custo)		**–**	**–**	**(104.258)**	(71.192)
Amortização do intangível (mais valia)		**–**	**–**	**(68.738)**	(73.449)
Remuneração do poder concedente		**–**	**–**	**(18.032)**	(15.755)
		–	**–**	**(513.727)**	(615.187)
Lucro bruto		**–**	**–**	**329.315**	219.359
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas		**(15.503)**	(7.339)	**(54.336)**	(47.299)
Remuneração dos administradores	27	**(13.317)**	(7.927)	**(20.436)**	(15.732)
Despesas com pessoal		**(10.024)**	(6.822)	**(34.063)**	(36.145)
Depreciação do imobilizado (custo)		**(523)**	(505)	**(1.451)**	(3.591)
Depreciação do imobilizado (mais valia)		**–**	**–**	**–**	**–**
Amortização do intangível		**(2.585)**	(2.468)	**(6.252)**	(5.470)
Resultado de equivalência patrimonial	12	**32.343**	609.793	**14.232**	3.312
Ganho (perda) na diluição/aumento de participação	12	**–**	(3.698)	**–**	(3.698)
Outras receitas (despesas) operacionais		**9.319**	(11.675)	**33.679**	519.675
		(290)	569.359	**(68.627)**	411.052
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(290)**	569.359	**260.688**	630.411
Resultado financeiro	29				
Receitas financeiras		**18.938**	24.486	**20.186**	13.269
Despesas financeiras		**(117.455)**	(78.288)	**(170.411)**	(167.207)
Variação cambial, líquida		**–**	**–**	**–**	**–**
		(98.517)	(53.802)	**(150.225)**	(153.938)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(98.807)**	515.557	**110.463**	476.473
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	28	**–**	**–**	**(57.432)**	(64.405)
Diferidos	28	**–**	**–**	**14.572**	66.300
		–	**–**	**(42.860)**	1.895
Lucro (Prejuízo) líquido das operações em continuidade		**(98.807)**	515.557	**67.603**	478.368
Operações descontinuadas					
Lucro (Prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	10 e 12	**–**	**–**	**(146.923)**	18.544
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**(98.807)**	515.557	**(79.320)**	496.912
Atribuível aos:					
Proprietários da controladora		**(98.807)**	515.557	**(98.807)**	515.557
Lucro do período proveniente das operações em continuidade		**–**	**–**	**48.116**	497.013
Lucro (Prejuízo) do período proveniente de operações descontinuadas		**–**	**–**	**(146.923)**	18.544
Participações de não controladores					
Lucro (Prejuízo) do período proveniente das operações em continuidade		**–**	**–**	**19.487**	(18.645)
Lucro (Prejuízo) do período proveniente de operações descontinuadas		**–**	**–**	**–**	**–**
Quantidade de ações (lotes de mil)		**176.000**	146.000		
Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil ações (em reais)	23 e)	**(0,56140)**	3,53121		
Lucro (Prejuízo) diluído por lote de mil ações (em reais)	23 e)	**(0,56027)**	3,52916		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(98.807)**	515.557	**(98.807)**	515.557
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais				
Provisão de devedores duvidosos	**–**	**–**	**–**	1.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**–**	**–**	**(14.572)**	(66.300)
Depreciação do imobilizado	**523**	505	**2.461**	13.458
Amortização do intangível	**193**	75	**176.856**	147.718
Baixa de ativo imobilizado e intangível	**–**	183	**8.865**	2.789
Perda no aumento de participação em investimentos	**–**	15.789	**–**	(502.587)
Amortização do ágio e daságio sobre investimentos	**2.392**	2.393	**2.392**	2.393
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	**99.935**	72.093	**145.741**	147.629
Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	**(10.362)**	(7.805)	**(6.286)**	5.614
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	**–**	**–**	**262**	3.850
Pagamento baseado em ações	**688**	2.252	**688**	2.252
Apropriação de receitas diferidas líquidas	**–**	**–**	**(1.670)**	(446)
Resultado de equivalência patrimonial	**(32.343)**	(609.793)	**(14.232)**	(3.312)
Participação de acionistas não controladores	**–**	**–**	**19.487**	(18.645)
Participações destinadas a venda	**–**	**–**	**(44.185)**	(18.544)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	**–**	**–**	**3.048**	(35.829)
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	**–**	**–**	**51.142**	281
Impostos a recuperar	**(589)**	(1.958)	**4.735**	(9.725)
Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	**29.651**	(8.804)	**(76.032)**	(4.081)
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	**583**	315	**(11.615)**	641
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	**–**	**–**	**(6.861)**	22.346
Obrigações sociais e trabalhistas	**288**	187	**(6.092)**	4.222
Impostos, taxas e contribuições	**(3.354)**	1.348	**(2.499)**	36.260
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	**–**	**–**	**57.432**	64.405
Pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes	**–**	**–**	**(73.664)**	(57.617)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	**1.800**	(1.782)	**(43.211)**	(71.450)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(9.402)**	(19.445)	**73.383**	182.631
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Investimentos/Aquisições em controladas e coligadas	**(303.813)**	(300.450)	**(71.396)**	(164.341)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	**208.833**	183.773	**–**	**–**
Aquisição de bens do imobilizado	**(212)**	(531)	**(32.471)**	(37.331)
Adições ao ativo intangível	**(4.542)**	(13.394)	**(259.006)**	(257.413)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(99.734)**	(130.602)	**(362.873)**	(459.085)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	**330.000**	**–**	**330.000**	**–**
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	**(62.700)**	(48.853)	**(62.700)**	(57.119)
Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	**(178.832)**	(67.433)	**(104.116)**	(77.637)
Recebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	**32.937**	73.621	**20.931**	39.124
Juros recebidos de empresas ligadas, operações não comerciais	**16.232**	8.367	**6.257**	934
Juros pagos de empresas ligadas, operações não comerciais	**(3.288)**	(4.297)	**–**	**–**
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	**127.742**	816.461	**615.114**	1.355.854
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(80.345)**	(514.656)	**(377.353)**	(930.555)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**(76.055)**	(87.851)	**(142.306)**	(124.938)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**105.691**	175.359	**285.827**	205.663
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**(3.445)**	25.312	**(3.663)**	(70.791)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	**39.553**	14.241	**54.331**	125.122
No fim do período	**36.108**	39.553	**50.668**	54.331
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**(3.445)**	25.312	**(3.663)**	(70.791)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora BRGAAP 2013	Controladora BRGAAP 2012	Consolidado – IFRS 2013	Consolidado – IFRS 2012
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(98.807)**	515.557	**(79.320)**	496.912
Resultados abrangentes:				
Reserva de reavaliação reflexa	**25.213**	39.744	**25.213**	39.744
Ajuste ao custo atribuído reflexo	**31.052**	31.053	**31.052**	31.053
Total dos resultados do exercício líquidos de impostos	**(42.542)**	586.354	**(23.055)**	567.709
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	**(42.542)**	586.354	**(42.542)**	586.354
Acionistas não controladores	**–**	**–**	**19.487**	(18.645)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora) – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

			Reserva de lucros				Resultados abrangentes				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**512.979**	**(6.566)**	**2.713**	**–**	**143.618**	**146.331**	**225.060**	**482.738**	**–**	**–**	**1.360.542**
Realização da reserva de reavaliação reflexa	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(39.743)**	**–**	**–**	**39.743**	**–**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(31.054)**	**–**	**31.054**	**–**
Plano de opção de ações	**–**	**2.252**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.252**
Ganho por variação de participação de capital	**–**	**12.091**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**12.091**
Distribuição de dividendos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(26.280)**	**(26.280)**	**–**	**–**	**–**	**(20.440)**	**(46.720)**
Lucro do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**515.557**	**515.557**
Destinações:											
Constituição da reserva de retenção de lucros	**–**	**–**	**–**	**–**	**59.165**	**59.165**	**–**	**–**	**–**	**(59.165)**	**–**
Constituição da reserva de lucros a realizar	**–**	**–**	**–**	**480.971**	**–**	**480.971**	**–**	**–**	**–**	**(480.971)**	**–**
Constituição da reserva legal	**–**	**–**	**25.778**	**–**	**–**	**25.778**	**–**	**–**	**–**	**(25.778)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**512.979**	**7.777**	**28.491**	**480.971**	**176.503**	**685.965**	**185.317**	**451.684**	**–**	**–**	**1.843.722**
Aumento de capital	**330.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**330.000**
Realização da reserva de reavaliação reflexa	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(25.213)**	**–**	**–**	**25.213**	**–**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(31.052)**	**–**	**31.052**	**–**
Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(28.452)**	**–**	**(28.452)**
Plano de opção de ações	**–**	**688**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**688**
Ágio em transações de capital	**–**	**(22.607)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(22.607)**
Distribuição de dividendos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(62.700)**	**(62.700)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(62.700)**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(98.807)**	**(98.807)**
Destinações:											
Realização da reserva de retenção de lucros	**–**	**–**	**–**	**–**	**(42.542)**	**(42.542)**	**–**	**–**	**–**	**42.542**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**842.979**	**(14.142)**	**28.491**	**480.971**	**71.261**	**580.723**	**160.104**	**420.632**	**(28.452)**	**–**	**1.961.844**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Consolidado) – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

			Reserva de lucros			Resultados abrangentes						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Reserva de retenção de lucro	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores no Patrimônio líquido de controladores	Patrimônio líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**512.979**	**(6.566)**	**2.713**	**–**	**143.618**	**225.060**	**482.738**	**–**	**–**	**1.360.542**	**–**	**1.360.542**
Realização da reserva de reavaliação reflexa	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(39.743)**	**–**	**–**	**39.743**	**–**	**–**	**–**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(31.054)**	**–**	**31.054**	**–**	**–**	**–**
Plano de opção de ações	**–**	**2.252**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.252**	**–**	**2.252**
Ganho por variação de participação de capital	**–**	**12.091**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**12.091**	**–**	**12.091**
Distribuição de dividendos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(26.280)**	**–**	**–**	**–**	**(20.440)**	**(46.720)**	**(20.031)**	**(66.751)**
Lucro do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**515.557**	**515.557**	**(18.645)**	**496.912**
Destinações:												
Constituição da reserva de retenção de lucros	**–**	**–**	**–**	**–**	**59.165**	**–**	**–**	**–**	**(59.165)**	**–**	**–**	**–**
Constituição da reserva de lucros a realizar	**–**	**–**	**–**	**480.971**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(480.971)**	**–**	**–**	**–**
Constituição da reserva legal	**–**	**–**	**25.778**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(25.778)**	**–**	**–**	**–**
Adição de acionistas não controladores	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**163.339**	**163.339**
Ganho na redução de participação	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**20**	**20**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**512.979**	**7.777**	**28.491**	**480.971**	**176.503**	**185.317**	**451.684**	**–**	**–**	**1.843.722**	**124.683**	**1.968.405**
Aumento de capital	**330.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**330.000**	**–**	**330.000**
Realização da reserva de reavaliação reflexa	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(25.213)**	**–**	**–**	**25.213**	**–**	**–**	**–**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(31.052)**	**–**	**31.052**	**–**	**–**	**–**
Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(28.452)**	**–**	**(28.452)**	**–**	**(28.452)**
Plano de opção de ações	**–**	**688**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**688**	**–**	**688**
Ágio em transações de capital	**–**	**(22.607)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(22.607)**	**–**	**(22.607)**
Distribuição de dividendos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(62.700)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(62.700)**	**(41.450)**	**(104.150)**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(98.807)**	**(98.807)**	**19.487**	**(79.320)**
Destinações:												
Realização da reserva de retenção de lucros	**–**	**–**	**–**	**–**	**(42.542)**	**–**	**–**	**–**	**42.542**	**–**	**–**	**–**
Ganho na redução de participação	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**36.771**	**36.771**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**842.979**	**(14.142)**	**28.491**	**480.971**	**71.261**	**160.104**	**420.632**	**(28.452)**	**–**	**1.961.844**	**139.491**	**2.101.335**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua ...

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas	**66.188**	73.389	**974.993**	1.505.021
Vendas de serviços	–	–	**701.224**	728.454
Receitas de construção	–	–	**206.917**	173.549
Realização da reserva de reavaliação	**56.265**	70.797	**56.265**	70.797
Outras receitas	**9.923**	2.592	**10.587**	533.973
Provisão para devedores duvidosos	–	–	–	(1.752)
Insumos adquiridos de terceiros	**(15.395)**	(23.466)	**(585.254)**	(387.764)
Custos dos serviços prestados	–	–	**(231.627)**	(106.476)
Custos de construção	–	–	**(206.917)**	(173.549)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(14.791)**	(7.677)	**(146.106)**	(91.950)
Outros custos operacionais	**(604)**	(15.789)	**(604)**	(15.789)
Valor adicionado bruto	**50.793**	49.923	**389.739**	1.117.257
Retenções	**(3.108)**	(2.973)	**(181.709)**	(163.569)
Depreciação e amortização	**(3.108)**	(2.973)	**(181.709)**	(163.569)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**47.685**	46.950	**208.030**	953.688
Valor adicionado líquido recebido em transferência	**51.281**	634.279	**34.418**	16.581
Resultado de equivalência patrimonial	**32.343**	609.793	**14.232**	3.312
Receitas financeiras	**18.938**	24.486	**20.186**	13.269
Valor adicionado total a distribuir	**98.966**	681.229	**242.448**	970.269
Distribuição do valor adicionado	**98.966**	681.229	**242.448**	970.269
Pessoal e encargos	**21.270**	13.156	**82.536**	110.475
Remuneração direta	**19. 701**	11.920	**66.001**	90.682
Benefícios	**1.179**	956	**12.219**	12.794
F.G.T.S	**390**	280	**3.123**	6.140
Outras	–	–	**1.193**	859
Impostos, taxas e contribuições	**2.129**	3.010	**129.732**	83.174
Federais	**2.071**	2.955	**93.216**	40.712
Estaduais	**7**	3	**228**	8.873
Municipais	**51**	52	**36.288**	33.589
Remuneração do capital de terceiros	**118.109**	78.709	**182.076**	176.494
Juros	**117.455**	78.288	**170.411**	167.207
Aluguéis	**654**	421	**11.665**	8.144
Outras	–	–	–	1.143
Remuneração do poder concedente	–	–	**18.082**	13.873
Remuneração de capitais próprios	–	20.440	–	20.440
Lucros de operações descontinuadas	–	–	**(146.923)**	18.544
Lucros (Prejuízos) retidos do exercício	**(42.542)**	565.914	**(42.542)**	565.914
Participação de acionistas não controladores	–	–	**19.487**	(18.645)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1 Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Companhia"), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla "TPIS3".

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2013 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre – Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório – Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No caso de extinção das concessões, revertem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, nos termos do Contrato de Concessão Edital nº 004/2013 Parte VII. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito"), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba") e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi") prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. ("Rio Verde") tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto ("UHE Salto"), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2º máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MWh na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("Power Purchase Agreement" ou "PPA") com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener") do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço médio de R$130,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

A partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2013, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de *"due dilligence"* e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica "Participações a comercializar" na demonstração financeira individual porém, segregado entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. ("Rio Canoas") tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi ("UHE Garibaldi"), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011.

Os investimentos incorridos para colocar a Usina em operação foram de aproximadamente R$ 1.097.544. Os recursos necessários para a implantação foram captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio.

Em 6 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1. Em 23 de agosto de 2012 foi recebido do BNDES o primeiro desembolso no montante de R$270.000 e durante o ano de 2013 o montante de R$ 81.000.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 24 de setembro de 2013 e recebeu autorização para operar em plena capacidade, com três unidades geradoras, em 12 de dezembro de 2013, com capacidade total instalada de 191,9 MW e garantia física de 83,1 MWm conforme autorização da ANEEL, através do despacho nº 3.218 da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses.

Pelo cronograma da ANEEL, a usina deveria entrar em operação em 01 de janeiro de 2015, sendo que a partir desta data 70% da energia já está vendida a R$107,98 (R$128,97 atualizados) pelos 30 anos de concessão. Com a antecipação, a Rio Canoas passa a ter a possibilidade de vender 100% da energia gerada durante os 15 meses antecipados.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

Outros

Em 31 de dezembro de 2013, a Triunfo mantêm, em fase de desenvolvimento de viabilidade, projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R$ 16.185.

iv) *Administração de portos*

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros.

Vetria

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita"), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários. Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB"), no montante de R$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob a posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia e o saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012. Como efeito dessa transação, a Companhia registrou um ágio em transações de capital no montante de R$12.091 diretamente no seu patrimônio líquido, na rubrica de "Reserva de capital".

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. ("ALL") e com os acionistas da Vetorial Participações S.A. ("Vetorial") celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica ("Associação"), por meio de uma sociedade a ser denominada Vetria Mineração S.A. ("Vetria"), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possuía a interveniência e anuência das controladas Santa Rita e TPB e da Vetorial Mineração S.A. e previa uma série de condições suspensivas a serem cumpridas para efetiva constituição da Vetria.

Em 3 de dezembro de 2012, verificou-se o cumprimento de tais condições suspensivas, de modo que as partes convencionaram constituir a Vetria utilizando como veículo a Santa Rita. Primeiramente, houve a transformação dessa sociedade para Vetria Mineração S.A. e aporte, pela Triunfo, no montante de R$15.000, em três parcelas mensais subsequentes à associação. Em seguida, ocorreu a entrada dos sócios ALL, através da compra de participação, e da Vetorial, através do aporte do ativo minerário, que aumentou o valor do patrimônio líquido da Vetria para R$3.538.181. O ativo minerário aportado foi registrado a valor justo, com base em laudo elaborado por especialista contratado, e reflete a expectativa de rentabilidade futura do negócio. Como resultado, o capital social total e votante da Vetria encontra-se atualmente distribuído da seguinte forma:

Acionista	Participação (%)
ALL	50,38%
Triunfo	15,79%
Vetorial Participações	33,83%
Total	100,00%

Como efeito da entrada dos novos sócios, a Triunfo passou a deter 15,79% e reconheceu um ganho de capital na variação de participação no montante de R$518.376 diretamente no resultado do exercício, revertendo o ágio registrado na conta de reserva de capital no montante de R$12.091 e impactando a rubrica de "Reserva de lucros a realizar" no montante de R$480.971 e a rubrica de "Reserva legal" no montante de R$25.314. Com isso, a partir de dezembro de 2012, a Vetria deixou de ser controlada e passou a ser classificada como controlada em conjunto da Triunfo. O investimento está sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial conforme determina o CPC 18 (R2), vide nota explicativa nº 12.

O projeto da Vetria consiste na exploração e beneficiamento de ativos minerários localizados no Maciço de Urucum, em Corumbá-MS, transporte logístico ferroviário do minério até Santos–SP e exportação do produto através de um terminal portuário privado localizado no mesmo município.

Portonaus, Moss e Manave

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a "Cruzeiro do Sul") o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m² na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R$16.500. Até 31 de dezembro de 2013, foi liquidado o montante de R$13.250, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de "Contratos de aquisição de ativos" no passivo não circulante.

Em 18 de fevereiro de 2012, a Triunfo por intermédio da sua controlada Portonaus, celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das quotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda., pelo montante de R$4.500. Referida empresa é titular de autorização, outorgada pela União, para exploração, por prazo indeterminado, de terminal portuário sob a modalidade de uso privativo misto à margem esquerda do Rio Negro nos termos da Resolução ANTAQ nº 888, de 24 de outubro de 2007. A celebração do contrato será notificada às autoridades competentes, designadamente ao SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), nos termos da Lei nº 8884/94, e à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), conforme determina a Lei nº 10.233/01. O valor da aquisição encontra-se registrado na rubrica de "Contratos de aquisição de ativos" no passivo não circulante. Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R$3.500. O saldo remanescente de R$1.000 será liquidado em duas parcelas de R$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

v) *Serviços de cabotagem*

A NTL – Navegação e Logística S.A. ("NTL") inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui, como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Proprietária da embarcação Maestra Atlântico, em abril de 2011, a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.("Vessel-Log"), foi constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades e das sociedades nas quais participe. Proprietária da embarcação Maestra Mediterrâneo, em setembro de 2011, a controlada Vessel-Log entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra"), constituída em 27 de maio de 2009, possui, como objeto social, atuar na exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas geral, exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços e logística de mercadorias e de administração de embarcações, prestar serviços de transporte em geral, exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais, segundo os padrões fixados na legislação e regulamentos, além de exercer serviços de reparo naval, comércio intermediação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades nas quais participe. A Maestra poderá também participar de sociedades nacionais e estrangeiras, a qual é controladora da Maestra Shipping LLP, uma companhia constituída em 2 de fevereiro de 2011, em Londres, Inglaterra, sob regulamentação específica (LLP Act 2.000) e tem como atividade a armação, operação e afretamento de navios e de transporte de cargas pela via marítima com navios próprios ou afretados. É proprietária das embarcações Maestra Caribe e Maestra Pacífico, as quais estão arrendadas para a Maestra na operação de cabotagem no Brasil.

Em 18 de novembro de 2011, a controlada Maestra assinou contrato com o armador japonês Nippon Yusen Kabushiki Kaisha ("NYK"), para aquisição de 10% do negócio de cabotagem, diluindo a participação da Companhia e seus outros acionistas, com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços de cabotagem no Brasil.

Em setembro de 2012, os acionistas da Maestra, NTL e Vessel-Log deliberaram pelo aumento de capital social nas companhias no montante total de R$ 11.984. A Triunfo utilizou parte dos seus mútuos ativos no montante de R$ 9.502 com as controladas de cabotagem para fazer frente ao aumento proposto. Como houve acionistas que decidiram não acompanhar o referido aumento de capital, os mesmos foram diluídos e a participação da Triunfo aumentou de 58,50% para 60,73%.

Em 01 de julho de 2013, a Triunfo adquiriu a participação da NYK no negócio de cabotagem pelo montante de R$10.000, alterando sua participação de 60,73% para 69,66% e registrando uma perda de R$22.606 pelo fato do patrimônio liquido das empresas de cabotagem encontrar-se negativo. Como não houve perda de controle, o registro ocorreu na rubrica de "Ágio em transações de capital" no Patrimônio Líquido da controladora.

Tendo em vista o atual cenário favorável para novos negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo decidiu por focar seus esforços nestas oportunidades e descontinuar a partir de novembro de 2013 o negócio de cabotagem que apresenta alta alavancagem operacional e baixa utilização da capacidade, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

vi) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil – Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A., assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, três meses antes do previsto no cronograma da licitação, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente, dentro de 22 meses.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto, prestando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passa a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passa a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

Eventos relevantes ocorridos em 2013

i) Triunfo – Liquidação 1ª Emissão de Debêntures

Em 8 de janeiro de 2013 a Companhia liquidou a 1ª emissão de debêntures através do pagamento da última parcela no montante de R$28.322.

ii) Triunfo – Entrada do BNDESPAR no capital social

Em 9 de abril de 2013, a diretoria do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR aprovou o ingresso no capital social da Companhia mediante subscrição privada de até 30 milhões de ações ordinárias com valor unitário de R$ 11,00, perfazendo o montante de R$ 330 milhões. Em 13 de junho de 2013 o BNDESPAR subscreveu 19.537.781 ações o equivalente a 65,1% do total do aumento de capital de 30 milhões de ações, referente à participação dos acionistas controladores da Triunfo, cedidas ao BNDESPAR, que totalizam aproximadamente R$215.000 de recursos disponíveis para a Companhia. Esse montante foi recebido em 14 de junho de 2013.

Em 13 de agosto de 2013 foi homologado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$330.000, com a emissão de 30.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme descrito na nota explicativa nº 23 a).

O BNDES Participações S.A. – BNDESPAR subscreveu 25.966.004 de ações, passando a deter 14,75% de participação na Companhia.

Em 22 de agosto de 2013, foi celebrado novo acordo entre os acionistas da Companhia conforme configuração acionária atual.

iii) Triunfo – Aquisição de propriedade em Santos

Em 12 de setembro de 2013 a Companhia, através de sua controlada Júpiter, adquiriu um terreno de 185.881,56 metros quadrados e eventuais direitos decorrentes, localizado em Santos, no estado de São Paulo, pelo valor de R$20.597.

Parte da área adquirida será incorporada à Vetria Mineração, da qual a Companhia detém 15,78% de participação, e o restante será destinada ao desenvolvimento de novos projetos, dando continuidade à sua estratégia de expansão de suas operações.

iv) Triunfo – Aumento de participação no negócio de cabotagem

Em 1 de julho de 2013, a Companhia aumentou sua participação no negócio de cabotagem de 60,73% para 69,66% através da aquisição de participação detida pela NYK no montante de R$10.000, gerando uma perda de R$22.606, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v).

v) Triunfo – Descontinuidade do negócio de cabotagem

Em 27 de novembro de 2013, a Companhia decidiu, em conjunto com os demais acionistas, suspender a operação de cabotagem que apresentava alta alavancagem operacional e baixa utilização conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v).

Administração de aeroportos

vi) Aeroportos Brasil – Viracopos – Operação integral

Em 14 de fevereiro de 2013, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passa a responder integralmente pela operação do aeroporto de Viracopos conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) vi).

Rodovias

vii) Concer – 1ª Emissão de debêntures e resgate antecipado das notas promissórias

Em 12 de julho de 2013, a controlada Concer emitiu 200 debêntures simples e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R$200.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

Os recursos captados foram utilizados para alongar e melhorar o perfil da estrutura de endividamento da controlada, para resgatar antecipadamente a totalidade das notas promissórias e pagamento do saldo devedor das cédulas de crédito bancário tomadas pela controlada, sendo que o restante dos recursos obtidos foi destinado ao pagamento de despesas de capital e investimentos em bens de capital, recomposição de caixa e despesas em curso ordinário dos negócios da controlada.

viii) Concebra – Leilão Edital nº 004/2013 – BR-060, BR-153 e BR-262 – DF/GO/MG

Em 04 de dezembro de 2013 a Triunfo foi declarada vencedora do Leilão para Concessão de Rodovia, Edital nº 004/2013 – BR-060, BR-153 e BR-262 – DF/GO/MG, promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com deságio de 52,00% sobre a tarifa teto estabelecida pela ANTT. A adjudicação do processo licitatório ocorreu em 20 de dezembro de 2013, conforme nota explicativa nº 1 a) i).

Energia

ix) Rio Canoas – Recebimento da 2ª parcela dos recursos do BNDES

Em 21 de janeiro de 2013, a controlada Rio Canoas obteve a liberação da segunda parcela de recursos do BNDES, no montante de R$67.700, para continuidade na construção da UHE Garibaldi.

x) Rio Canoas – Início da operação comercial

Em 12 de dezembro de 2013, a controlada Rio Canoas, recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial da Usina Hidrelétrica de Garibaldi em sua plena capacidade conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 20 de março de 2014.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, compreendem:

a) as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Consolidado".

b) as demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Controladora".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.2.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

		2013		2012	
		Participação (%)		Participação (%)	
Companhias	Controle	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	**62,5**	–	62,5	–
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	**62,5**	–	62,5	–
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. – Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada	**52,5**	–	52,5	–
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave")	Controlada em conjunto	**33,3**	**16,7**	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	Controlada em conjunto	–	**50,0**	–	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	Controlada em conjunto	–	**50,0**	–	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria")	Controlada em conjunto	**15,8**	–	15,8	–
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	Controlada em conjunto	–	**15,8**	–	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii)	Controlada em conjunto	–	**15,8**	–	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Portonaus S.A. – Terminais Portuários ("Portonaus")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda. ("Moss") (iv)	Controlada	–	**99,7**	–	91,0
Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda. ("Rio Claro")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Anddis Participações e Investimentos Ltda. ("Anddis")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Dable Participações Ltda. ("Dable")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Jahy Participações Ltda. ("Jahy")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Santip Participações Ltda. ("Santip")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Aeroportos Brasil S.A. ("AB")	Controlada em conjunto	**45,0**	–	45,0	–
Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. ("ABV")	Controlada em conjunto	–	**22,9**	–	22,9
Tijoá Participações e Investimentos S.A. ("Tijoá")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	**100,0**	–	100,0	–
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda. ("ATTT")	Controlada	**64,0**	–	64,0	–
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	Controlada	**100,0**	–	–	–
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz") (v)	Controlada	**100,0**	–	–	–
Vulcano Participações e Investimentos S.A. ("Vulcano")	Controlada	**100,0**	–	–	–
Marte Participações e Investimentos S.A. ("Marte")	Controlada	**100,0**	–	–	–
Diana Participações e Investimentos S.A. ("Diana")	Controlada	**100,0**	–	–	–

(i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.

(ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.

(iii) A controlada Maestra detém 100,0% de participação na controlada Maestra LLP.

(iv) Em 28 de dezembro de 2012, a controlada Portonaus aumentou sua participação na controlada Moss para 99,71%. Para fazer frente ao referido aumento, a Portonaus utilizou o adiantamento para futuro aumento de capital que possuía com a controlada Moss.

(v) Em 11 de novembro de 2013, a controlada Júpiter Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para Santa Cruz Participações e Investimentos S.A.

continua …

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2013 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

	Econorte	Rio Tibagi	Concepa	Rio Guaíba	Concer	Rio Bonito	Convale	Rio Paraíba	Ecovale
Ativo circulante	27.727	576	21.009	262	27.929	1.053	51	1	–
Ativo não circulante	319.305	35.277	300.396	1.652	713.678	5.503	14.923	–	–
Total do ativo	347.032	35.853	321.405	1.914	741.607	6.556	14.974	1	–
Passivo circulante	101.345	23.271	88.820	1.589	61.741	2.645	2	401	–
Passivo não circulante (i)	150.340	30	134.954	21	311.282	567	–	–	–
Patrimônio líquido (i)	95.347	12.552	97.631	304	368.584	3.344	14.972	(400)	–
Total do passivo e patrimônio líquido	347.032	35.853	321.405	1.914	741.607	6.556	14.974	1	–
Receita operacional líquida	225.043	48.836	248.558	44.796	329.221	44.760	–	–	–
Custo dos serviços prestados	(151.659)	(29.240)	(173.973)	(11.327)	(255.431)	(19.319)	–	–	–
Lucro bruto	73.384	19.596	74.585	33.469	73.790	25.441	–	–	–
Despesas operacionais, líquidas	(15.326)	(2.695)	(8.925)	(1.783)	(14.745)	(2.141)	(29)	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	58.058	16.901	65.660	31.686	59.045	23.300	(29)	–	–
Resultado financeiro, líquido	(10.241)	594	(19.706)	(34)	(22.200)	(138)	–	–	–
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	47.817	17.495	45.954	31.652	36.845	23.162	(29)	–	–
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	(13.471)	(3.270)	(18.911)	(1.714)	(17.041)	(1.650)	–	–	–
Diferidos	(1.815)	–	5.719	–	10.668	–	–	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do período	32.531	14.225	32.762	29.938	30.472	21.512	(29)	–	–

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

b) Segmento portuário

	Portonave	Iceport	Teconnave	Vetria	Vetorial
Ativo circulante	86.838	15.222	1.873	26.958	28.461
Ativo não circulante	1.602.767	10.318	34.712	5.897.389	27.077
Total do ativo	1.689.605	25.540	36.585	5.924.347	55.538
Passivo circulante	304.649	28.133	3.876	9.049	27.279
Passivo não circulante (i)	546.354	165	61	2.128.685	18.938
Patrimônio líquido (i)	838.602	(2.758)	32.648	3.786.613	9.321
Total do passivo e patrimônio líquido	1.689.605	25.540	36.585	5.924.347	55.538
Receita operacional líquida	278.477	100.771	53.489	–	–
Custos dos serviços prestados	(174.148)	(99.002)	(10.818)	–	–
Lucro (prejuízo) bruto	104.329	1.769	42.671	–	–
Despesas operacionais, líquidas	(7.120)	(2.479)	(4.420)	(17.800)	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	97.209	(710)	38.251	(17.800)	–
Resultado financeiro, líquido	(30.086)	(1.904)	(36)	22.241	–
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	67.123	(2.614)	38.215	4.441	–
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(31.391)	–	(6.167)	–	–
Diferidos	19.082	797	–	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do período	54.814	(1.817)	32.048	4.441	–

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria e Vetorial não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

	TPB	TPI – Log	MaNave	Portonaus	Moss	Santa Cruz
Ativo circulante	–	39.391	–	127	15.116	–
Ativo não circulante	70.852	731.275	–	51.986	6.133	20.597
Total do ativo	70.852	770.666	–	52.113	21.249	20.597
Passivo circulante	1	26.681	–	1.015	865	–
Passivo não circulante (i)	–	–	–	11.761	1.000	–
Patrimônio líquido (i)	70.851	743.985	–	39.337	19.384	20.597
Total do passivo e patrimônio líquido	70.852	770.666	–	52.113	21.249	20.597
Receita operacional líquida	–	–	–	–	8.047	–
Custos dos serviços prestados	–	–	–	–	(9.153)	–
Lucro (prejuízo) bruto	–	–	–	–	(1.106)	–
Despesas operacionais, líquidas	(31)	7.701	(43)	(3.011)	(1.117)	(672)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(31)	7.701	(43)	(3.011)	(2.223)	(672)
Resultado financeiro, líquido	–	–	–	(1)	(7)	–
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(31)	7.701	(43)	(3.012)	(2.230)	(672)
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do período	(31)	7.701	(43)	(3.012)	(2.230)	(672)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

c) Energia e outros

	Rio Claro	TNE	Tucano	Retirinho	Guariroba	Estrela	Taboca
Ativo circulante	1.226	15.804	30	–	–	–	–
Ativo não circulante	9.462	186.998	7.838	1.795	1.844	1.823	1.370
Total do ativo	10.688	202.802	7.868	1.795	1.844	1.823	1.370
Passivo circulante	4.579	28.840	10	–	–	–	–
Passivo não circulante (i)	–	–	–	–	–	–	–
Patrimônio líquido (i)	6.109	173.962	7.858	1.795	1.844	1.823	1.370
Total do passivo e patrimônio líquido	10.688	202.802	7.868	1.795	1.844	1.823	1.370
Receita operacional líquida	11.624	55.286	–	–	–	–	–
Custos dos serviços prestados	(3.803)	(53.659)	–	–	–	–	–
Lucro bruto	7.821	1.627	–	–	–	–	–
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(500)	(853)	(170)	(5)	(23)	(22)	(23)
Lucro antes do resultado financeiro	7.321	774	(170)	(5)	(23)	(22)	(23)
Resultado financeiro, líquido	(2)	27	–	–	–	–	–
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	7.319	801	(170)	(5)	(23)	(22)	(23)
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes	(1.118)	(257)	–	–	–	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do período	6.201	544	(170)	(5)	(23)	(22)	(23)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.
(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

	Anddis	Dable	Jahy	Santip	Tijoá	Rio Dourado	Juno	Marte	Vulcano	Diana	ATTT
Ativo circulante	1	1	1	1	1	–	–	–	–	–	–
Ativo não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	125
Total do ativo	1	1	1	1	1	–	–	–	–	–	125
Passivo circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–
Passivo não circulante (i)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Patrimônio líquido (i)	1	1	1	1	1	–	–	–	–	(1)	125
Total do passivo e patrimônio líquido	1	1	1	1	1	–	–	–	–	–	125
Despesas operacionais, líquidas (ii)	–	–	–	–	(2)	–	(33)	(33)	(30)	(1)	–
Prejuízo antes do resultado financeiro	–	–	–	–	(2)	–	(33)	(33)	(30)	(1)	–
Resultado financeiro, líquido	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo antes do impostos sobre o lucro	–	–	–	–	(2)	–	(33)	(33)	(30)	(1)	–
Prejuízo do período	–	–	–	–	(2)	–	(33)	(33)	(30)	(1)	–

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.
(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

d) Administração de aeroportos

	A. Brasil	A.B. Viracopos
Ativo circulante	6.922	132.612
Ativo não circulante	261.404	4.119.678
Total do ativo	268.326	4.252.290
Passivo circulante	76.227	302.835
Passivo não circulante (i)	40	3.436.899
Patrimônio líquido (i)	192.059	512.556
Total do passivo e patrimônio líquido	268.326	4.252.290
Receita operacional líquida	–	1.722.565
Custo dos serviços prestados	–	(1.534.093)
Lucro bruto	–	188.472
Despesas operacionais, líquidas	(27.110)	(47.481)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(27.110)	140.991
Resultado financeiro, líquido	392	(220.136)
Prejuízo antes do impostos sobre o lucro	(26.718)	(79.145)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.009)	–
Diferidos	–	26.902
Prejuízo líquido do período	(27.727)	(52.243)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social e demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	2013	2012	2013	2012
Controladora	**1.961.844**	1.843.722	**(98.807)**	515.557
Participação de acionistas não controladores	139.491	124.683	19.487	(18.645)
Consolidado	**2.101.335**	1.968.405	**(79.320)**	496.912

3 Sumário das principais práticas contábeis

a) Critério de reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto a sua realização.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia determinou impraticável a definição de margem com relação às receitas de construção nas concessões de rodovias.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Prestação de serviços portuários

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Prestação de serviços aeroportuários

As receitas dos serviços prestados no aeroporto são decorrentes de: tarifa de embarque, desembarque e conexão; tarifa de pouso; tarifa de permanência; tarifa de armazenagem; tarifa de capatazia. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto a sua realização.

Prestação de serviços de cabotagem

As receitas com prestações de serviços de cabotagem são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos aos clientes compradores e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros, as quais são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito advindos dos negócios detidos pela Companhia. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

c) Aplicações financeiras vinculadas

As controladas Concepa e Econorte mantêm aplicações financeiras vinculadas ao pagamento das remunerações e amortizações do principal das debêntures, cujas características quanto ao risco e remuneração são similares as demais aplicações financeiras mantidas pela Companhia. A controlada Concer constitui reserva monetária para pagamento de financiamentos obtidos junto ao BNDES. A controlada Concepa utilizou o saldo existente na conta para liquidação das debêntures da 4ª emissão e dos CCBs em 02 de setembro de 2013.

d) Contas a receber de clientes

Estão apresentados a valor justo, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Despesas de exercícios seguintes

Referem-se substancialmente aos prêmios de seguros, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de seguros.

f) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo como empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

g) Imobilizado

É apresentado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas apuradas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos destinados à construção de bens do imobilizado são apropriados aos custos dos bens do imobilizado em construção até a entrada em operação e início da geração de receita, sendo amortizados proporcionalmente à realização desses bens.

A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

As controladas Rio Verde e Portonave optaram por efetuar os ajustes ao custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, de certos bens do seu ativo imobilizado, conforme determinação do ICPC 10, assim como efetuaram a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado.

h) Intangível

Ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou construção e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico: (i) a expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelos prazos de 5 a 10 anos contados desde as datas das transações que os originaram até 31 de dezembro de 2008; e (ii) a aquisição do direito de exploração da concessão, estão sendo amortizados pelo prazo remanescente da concessão, conforme previsto na Instrução Normativa CVM nº 247/96. A partir de 1º de janeiro de 2009 os saldos dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura passaram a ser submetidos ao teste para análise de perdas dos seus valores recuperáveis, portanto não são mais amortizados.

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias e aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito adicional de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O ativo intangível que foi reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 representa o ativo imobilizado registrado desde o início das concessões rodoviárias, o qual está demonstrado ao custo de reposição.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis de concessões de rodovias e de aeroportos é com base nas curvas de tráfego e de passageiros/cargas projetadas até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estarão alinhadas e reconhecidas consistentemente durante prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento de novos projetos são capitalizados, se tiverem viabilidade econômica, transferidos para o custo final do bem e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento dos investimentos da Companhia à norma:

a) o poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
b) o poder concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para as concessionárias de rodovias e de aeroportos, a Companhia entende que os dois requisitos são atendidos para a aplicação do ICPC 01. Já com relação às geradoras de energia e o porto, os mesmos estão fora da aplicação do ICPC 01, pois ambos não se enquadram ao item (a) anterior.

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não prevêem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar pedágio dos usuários das rodovias e pelo direito de exploração do aeroporto.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias e do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhadas na nota explicativa nº 32.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia determinou impraticável a definição de margem com relação às receitas de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Amortização do ativo intangível de concessões de rodovias e de aeroportos

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessões da rodovia e do aeroporto, tendo sido adotada as curvas de tráfego e de passageiros/cargas estimadas como base para a amortização.

Provisão para manutenção de rodovias

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção, conforme descrito na nota explicativa nº 15, é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

i) Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Geração de energia elétrica

Para o aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, as controladas devem recolher à União, a partir da entrada em operação até o final da concessão parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto pelo Uso de Bem Público ("UBP"), corrigidos anualmente ou com periodicidade que a legislação permitir.

Administração de aeroportos

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual, reajustado anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

j) Avaliação da recuperação de ativos de longo prazo ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos e ágio com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

k) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Impostos

Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

m) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, outros recebíveis e instrumentos financeiros cotados e não cotados.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os mesmos não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. A companhia não mantém contratos com derivativos embutidos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são registrados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento não é reconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia e suas controladas forem estabelecidos.

continua ...

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Não há variação de valor justo não realizado de investimentos disponíveis para venda em 2013 e 2012.

Não reconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. A Companhia e suas controladas não identificaram evidências de perdas em ativos financeiros nas datas dos balanços.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia e suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia e suas controladas avaliam se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta- corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não negociaram e nem apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Não reconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 30.

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de Arrendamento Mercantil Operacional – Companhia e suas controladas como Arrendadores

A Companhia e suas controladas determinaram, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assumem todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens e, desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

Participações a comercializar e operações descontinuadas

A Administração da Companhia decidiu vender as subsidiárias do segmento de geração de energia elétrica, Rio Verde e Rio Canoas, assim, os investimentos nessas controladas foram classificados como Participações a Comercializar, nas demonstrações financeiras da controladora, e como Operações Descontinuadas, nas demonstrações financeiras consolidadas. A Administração da Companhia considerou que as controladas satisfizeram os critérios para serem classificadas como mantidas para venda na referida data pelos seguintes motivos:

- A Rio Verde e a Rio Canoas estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.
- A Administração da Companhia tem um plano para a venda da Rio Verde e da Rio Canoas, com negociações avançadas com potencial comprador. Outros potenciais compradores foram identificados, caso as negociações com o primeiro potencial comprador não resultem em venda.

Em relação ao segmento de cabotagem, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a descontinuação das atividades operacionais das empresas NTL – Navegação e Logística S.A. ("NTL"), Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra") e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.("Vessel-Log").

As empresas do segmento de cabotagem apresentavam alta alavancagem operacional e baixa utilização da capacidade. Considerando o atual cenário favorável para novos negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo decidiu focar seus esforços nestas oportunidades. Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 10.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Amortização do ativo intangível

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões da rodovia e do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas de tráfego e passageiros/cargas estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e de movimentação de passageiros/cargas do aeroporto e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego e de passageiros/cargas, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

q) Transações envolvendo pagamentos em ações

Funcionários (inclusive executivos sênior) da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados conforme descrito na nota explicativa nº 25.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas com pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas. Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas com pessoal" correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído conforme descrito em nota explicativa nº 23 e).

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

No primeiro trimestre de 2013, novas normas emitidas pelo CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e apresenta os efeitos a seguir quanto à aplicação das normas CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto.

Outros pronunciamentos aplicáveis pela primeira vez em 2013, divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia possui participação de 50% na Portonave, 45% na Aeroportos Brasil e 15,79% na Vetria. Até 31 de dezembro de 2012 os ativos, passivos, receitas e despesas desses investimentos eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia proporcionalmente à sua participação. Com a adoção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia concluiu que tais investimentos representam controles em conjunto (*joint ventures*) conforme acordo de acionistas, sendo requerido o seu reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Com relação ao investimento na Concer a Companhia concluiu que detém o controle sobre a mesma passando a consolidá-la integralmente.

A Companhia, em função da aplicação dessas novas normas, está reapresentando o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 como segue:

	2012		
	Originalmente divulgado	**Efeito da transição para as novas normas**	**Reapresentado**
Receita operacional líquida	**930.454**	**(95.908)**	**834.546**
Custos dos serviços prestados	(484.320)	25.306	(459.014)
Custo de manutenção – IAS 37	(1.665)	–	(1.665)
Depreciação	(52.536)	42.669	(9.867)
Amortização	(120.795)	(23.846)	(144.641)
Lucro bruto	**271.138**	**(51.779)**	**219.359**
Receitas (Despesas) Operacionais	(100.582)	11.098	(89.484)
Depreciação	(9.183)	5.592	(3.591)
Amortização	(4.532)	(938)	(5.470)
Resultado de equivalência patrimonial	3.843	(531)	3.312
Resultado não realizado	506.285	–	506.285
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**666.969**	**(36.558)**	**630.411**
Receitas financeiras	23.485	(10.216)	13.269
Despesas financeiras	(172.872)	5.665	(167.207)
Variação cambial, líquida	(9.989)	9.989	–
Resultado financeiro	**(159.376)**	**5.438**	**(153.938)**
Lucro antes do IR/CSLL	**507.593**	**(31.120)**	**476.473**
IR /CSLL	(10.514)	12.409	1.895
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	**497.079**	**(18.711)**	**478.368**
Operações descontinuadas			
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	18.544	–	18.544
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**515.623**	**(18.711)**	**496.912**
Atribuição aos:			
Acionistas controladores	515.557	–	515.557
Acionistas não controladores	66	(18.711)	(18.645)

	2012		
Ativo	**Originalmente divulgado**	**Efeito da transição para as novas normas**	**Reapresentado**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	129.279	(74.948)	54.331
Aplicações financeiras vinculadas	36.154	–	36.154
Contas a receber de clientes	76.939	(14.654)	62.285
Adiantamento a fornecedores	11.659	46	11.705
Impostos a recuperar	16.712	(836)	15.876
Contas a receber – partes relacionadas	15.085	21.540	36.625
Despesas de exercícios seguintes	4.334	(2.506)	1.828
Outros créditos	7.147	(2.089)	5.058
Total do ativo circulante	**297.309**	**(73.447)**	**223.862**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Aplicações financeiras vinculadas	1.078	623	1.701
Contas a receber de clientes	3.413	(3.413)	–
Créditos tributários diferidos	88.644	(3.203)	85.441
Contas a receber – partes relacionadas	41.326	(7.635)	33.691
Depósitos judiciais	2.454	23	2.477
Impostos a recuperar	3.394	234	3.628
Despesas de exercícios seguintes	258	167	425
Outros créditos	7.699	4.978	12.677
	148.266	(8.226)	140.040
Investimentos	649.583	548.256	1.197.839
Imobilizado	909.166	(709.166)	200.000
Intangível	1.742.330	(354.850)	1.387.480
	3.301.079	(515.760)	2.785.319
Total do ativo não circulante	3.449.345	(523.986)	2.925.359
Ativos de operações descontinuadas	1.371.270	–	1.371.270
Total do Ativo	**5.117.924**	**(597.433)**	**4.520.491**

	2012		
Passivo e Patrimônio Líquido	**Originalmente divulgado**	**Efeito da transição para as novas normas**	**Reapresentado**
Circulante			
Fornecedores	58.288	(18.727)	39.561
Empréstimos e financiamentos	114.041	28.424	142.465
Debêntures	106.534	(13.382)	93.152
Provisão para manutenção	39.615	(31.083)	8.532
Salários, provisões e contribuições sociais	17.247	(1.144)	16.103
Impostos, taxas e contribuições	32.048	4.685	36.733
Adiantamento de clientes	2.145	(793)	1.352
Dividendos propostos	–	119	119
Contas a pagar – partes relacionadas	27.935	(13.078)	14.857
Contratos de aquisição de ativos	1.000	–	1.000
Arrendamento mercantil	3.275	2.080	5.355
Outras obrigações	6.444	(2.089)	4.355
Total do passivo circulante	**408.572**	**(44.988)**	**363.584**

	2012		
Passivo e Patrimônio Líquido	**Originalmente divulgado**	**Efeito da transição para as novas normas**	**Reapresentado**
Não Circulante			
Provisão para manutenção	528.993	(500.556)	28.437
Empréstimos e financiamentos	81.706	22.610	104.316
Debêntures	1.075.970	(53.011)	1.022.959
Impostos, taxas e contribuições	3.801	1.531	5.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	346.270	(158.378)	187.892
Contratos de aquisição de ativos	6.500	–	6.500
Provisão sobre Patrimônio Líquido negativo de Controladas	49	–	49
Receitas diferidas, líquidas	8.462	4.078	12.540
Provisões para contingências	3.747	(286)	3.461
Arrendamento mercantil	12.594	8.121	20.715
Outras obrigações	1.887	(1.212)	675
Total do passivo não circulante	**2.069.979**	**(677.103)**	**1.392.876**
Patrimônio Líquido			
Capital social	512.979	–	512.979
Reservas de capital	7.777	–	7.777
Outros resultados abrangentes	637.001	–	637.001
Reservas de lucros	685.965	–	685.965
Participação de acionistas não controladores	25	124.658	124.683
Total do patrimônio líquido	1.843.747	124.658	1.968.405
Passivos de operações descontinuadas	795.626	–	795.626
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**5.117.924**	**(597.433)**	**4.520.491**

3.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

• IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em 1º de janeiro de 2015 e abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 poderá ter impactos na avaliação e classificação dos ativos e passivos financeiros, estes efeitos serão avaliados assim que a norma consolidada final for emitida.

• Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

• IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões esclarecem o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

• IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

• IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não possui operações com derivativos, contudo, essa revisão será aplicada caso estas operações sejam realizadas no futuro.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Disponibilidades	**20.493**	3.303	**34.834**	17.773
Aplicações financeiras	**15.615**	36.250	**15.834**	36.558
	36.108	39.553	**50.668**	54.331

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5 Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e suas controladas Concepa e Econorte constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. A controlada Concer utilizou o saldo existente na conta para liquidação dos financiamentos obtidos junto ao BNDES, bem como a controlada Concepa utilizou o saldo existente na conta para liquidação das debêntures da 4ª emissão e dos CCBs em 2013. A Companhia utilizou o saldo existente na conta para liquidação das debêntures da 1ª emissão em 08 de janeiro de 2013. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	2013	**2012**
Triunfo (controladora)	–	28.389
Concepa	–	7.765
Econorte	**74**	40
Concer	–	1.661
	74	37.855
Parcela do circulante	–	36.154
Parcela do não circulante	**74**	1.701

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2013	**2012**
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	**46.510**	36.155
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	**2.979**	793
Serviços de cabotagem	–	27.089
Serviços de energia	**11.500**	–
	60.989	64.037
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(1.752)**	(1.752)
	59.237	62.285

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	2013	**2012**
A vencer	**59.237**	62.285
Vencidos há mais de 90 dias	**1.752**	1.752
	60.989	64.037

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2013	**2012**
Saldo no início do exercício	**(1.752)**	**–**
Adições	–	(1.752)
Saldo no final do exercício	**(1.752)**	(1.752)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no exercício.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	**4.222**	7.415	**4.441**	9.132
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	–	**78**	184
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	**4.361**	520	**4.472**	1.208
Programa de Integração Social – PIS	–	–	**36**	839
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	–	–	**151**	3.849
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	–	31	**5.378**	3.938
Outros	**30**	58	**213**	354
	8.613	8.024	**14.769**	19.504
Parcela do circulante	**8.613**	8.024	**10.126**	15.876
Parcela do não circulante	–	–	**4.643**	3.628

8 Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2013	**2012**
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:		
Imposto de renda diferido	–	52.323
Contribuição social diferida	–	18.835
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda diferido	**9.927**	10.792
Contribuição social diferida	**3.573**	3.491
	13.500	85.441

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações na controlada Concepa e provisões para contingências. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável são:

Exercício a findar-se em:	**Consolidado**
2014	**7.761**
2015	**5.739**
	13.500

9 Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R$47.301, R$47.947 e de R$52.445, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	2013			2012		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
Dividendos a receber:						
Econorte	–	–	–	2.003	–	–
Concer	**181**	–	–	198	–	–
Rio Verde	**10.365**	–	–	15.085	–	–
Concepa	**386**	–	–	5.622	–	–
Rio Guaíba	–	–	–	–	–	–
TPI-Log	**26.678**	–	–	7.180	–	–
Portonave	**53.356**	–	–	14.360	–	–
Rio Canoas	**4.156**	–	–	–	–	–
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	–	**29.945**	**(3.334)**	–	34.867	(4.297)
Outros:						
Concepa	**35**	–	**424**	33	–	393
Outros	–	**1.850**	–	–	100	–
Total do circulante	**95.157**	**31.795**	**(2.910)**	44.481	34.967	(3.904)

continua ...

Controladora	2013 Ativo	2013 Passivo	2013 Resultado	2012 Ativo	2012 Passivo	2012 Resultado
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	4.547	–	511	18.728	–	7.240
NTL (iii)	–	–	–	28.907	–	3.175
Vessel (iv)	–	–	–	9.733	–	233
Maestra (v)	32.021	–	1.995	14.961	–	1.431
Vetorial (vi)	266	–	15	241	–	23
Aeroportos Brasil	38.085	–	–	–	–	–
Outros:						
Maestra (vii)	9.376	–	2.451	5.486	–	5.486
NTL (vii)	–	–	–	984	–	984
Vessel (vii)	–	–	–	3.118	–	3.118
Outros	5.148	–	–	3.602	–	–
Total do não circulante	89.443	–	4.972	85.760	–	21.690
Total	184.660	31.795	2.062	130.241	34.967	17.786

(i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
(ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desequalização da participação dos sócios.
(iii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 foi reclassificado para a conta de AFAC sobre o saldo de investimento na controlada NTL.
(iv) Mútuo referente a captações da Vessel-Log com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 foi reclassificado para a conta de AFAC sobre o saldo de investimento na controlada Vessel-Log.
(v) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
(vi) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
(vii) Saldos a receber da Companhia pela prestação de garantia fidejussória através de contratos de remuneração firmados com as controladas NTL, Vessel e Maestra em 2012. Os saldos devedores com as controladas NTL e Vessel-Log foram reconhecidas como perdas no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

Os principais contratos firmados em 2013 entre as Concessionárias de Rodovias e as empresas de serviços são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das "casas do motorista"; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

Consolidado	2013 Ativo	2013 Passivo	2013 Resultado	2012 Ativo	2012 Passivo	2012 Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	–	–	–	15.085	–	–
Portonave	53.356	–	–	14.360	–	–
TPI Log	26.678	–	–	7.180	–	–
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	–	392	–	–	1.615	–
CTSA (Econorte) (i)	–	6.356	–	–	4.948	–
Consórcio TRS (Concepa) (i)	–	1.247	–	–	3.881	–
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	–	–	–	–	2.343	7.240
Outros:						
Outros	–	1	–	–	2.070	–
Dividendos a pagar:						
Concer	–	109	–	–	119	–
Total do circulante	80.034	8.105	–	36.625	14.976	7.240
Mútuos financeiros:						
Vetorial (iii)	266	–	15	241	–	23
Maestra	32.021	–	–	–	–	–
Aeroportos Brasil	38.641	–	–	–	–	–
Portonave	6.809	–	450	19.085	–	–
Outros:						
Vetria (iv)	12.713	–	–	11.035	–	–
Maestra	9.376	–	–	–	–	–
Outros	2.291	–	–	3.330	–	–
Total do realizável a longo prazo	102.117	–	465	33.691	–	23
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (v)	–	–	60.226	–	–	31.282
CTSA (Rio Canoas) (vi)	1.999	–	–	26.714	–	–
Consórcio TRS (Concepa) (v)	–	–	–	–	–	2.370
Total do não circulante	104.116	–	60.691	60.405	–	33.675
Total	184.150	8.105	60.691	97.030	14.976	40.915

(i) As Concessionárias de Rodovias, a Portonave e a Rio Tibagi contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
(ii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
(iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
(iv) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia para a controlada em conjunto Vetria
(v) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
(vi) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.

10 Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 31 de dezembro de 2013, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R$ 235.250 (R$ 236.435 em 31 de dezembro de 2012), e Rio Canoas no montante de R$ 426.715 (R$ 339.209 em 31 de dezembro de 2012), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica "Participações a comercializar" nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" e o resultado reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Participações a comercializar	Participação (%)	2013	2012
Capital Social	100	130.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	100	82.701	86.201
Reserva de lucros	100	22.549	20.234
Total Rio Verde		235.250	236.435
Capital Social	100	300.000	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	101.709	40.324
Reserva de Lucros	100	25.006	(1.115)
Total Rio Canoas		426.715	339.209
Total		661.965	575.644

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R$ 13.909 e na Rio Canoas foi de R$ 30.276.

Balanços Patrimoniais de operações destinadas a venda	Rio Verde	Rio Canoas	2013 Combinado	2012 Combinado
Ativos				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	240	493	733	11.150
Aplicações financeiras vinculadas	12.961	2.549	15.510	12.201
Contas a receber	10.783	32.626	43.409	9.452
Adiantamentos a fornecedores	–	–	–	19.791
Impostos a recuperar	8.518	943	9.461	8.762
Contas a receber partes relacionadas	2.877	–	2.877	–
Despesas antecipadas	485	1.315	1.800	1.380
Outros créditos	676	1.124	1.800	3.195
	36.540	39.050	75.590	65.931
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.631	–	3.631	3.909
Impostos a recuperar	–	–	–	8.001
Despesas antecipadas	–	–	–	897
Outros créditos	533	–	533	–
Imobilizado	547.498	1.077.304	1.624.802	1.273.352
Intangível	91	19.381	19.472	19.180
	551.753	1.096.685	1.648.438	1.305.339
Total do ativo	588.293	1.135.735	1.724.028	1.371.270
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	917	4.219	5.136	30.748
Empréstimos e financiamentos	18.487	–	18.487	18.211
Debêntures	–	30.073	30.073	–
Salários e encargos sociais	161	201	362	779
Obrigações fiscais	8.528	4.075	12.603	10.881
Contas a pagar partes relacionadas	3.512	186.994	190.506	–
Dividendos a pagar	4.135	4.155	8.290	8.388
Juros sobre capital próprio	5.292	–	5.292	5.692
Arrendamento mercantil	–	85	85	–
Outras obrigações	9.559	3.376	12.935	13.875
	50.591	233.178	283.769	88.574
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	259.849	383.094	642.943	558.231
Debêntures	–	87.462	87.462	104.387
Imposto de renda e contribuição social	42.603	–	42.603	44.406
Arrendamento Mercantil	–	86	86	–
Outras obrigações	–	5.200	5.200	28
	302.452	475.842	778.294	707.052
Patrimônio líquido				
Capital social	130.000	300.000	430.000	430.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	101.709	101.709	40.324
Ajuste de avaliação patrimonial	82.701	–	82.701	86.201
Reserva de lucros	22.549	25.006	47.555	19.119
Total do patrimônio líquido	235.250	426.715	661.965	575.644
Total do passivo e patrimônio líquido	588.293	1.135.735	1.724.028	1.371.270

Demonstração do resultado de operações destinadas a venda	Rio Verde	Rio Canoas	2013 Combinado	2012 Combinado
Receita operacional líquida	117.780	40.683	158.463	103.705
Custos operacionais				
Operação de energia	(37.034)	(2.873)	(39.907)	(12.631)
Custo com pessoal	(852)	–	(852)	(1.163)
Depreciação	(22.947)	(3.570)	(26.517)	(22.699)
Obrigações da Concessão	(12.572)	(1.226)	(13.798)	(12.247)
Total dos custos operacionais	(73.405)	(7.669)	(81.074)	(48.740)
Lucro operacional bruto	44.375	33.014	77.389	54.965
Despesas operacionais, líquidas				
Salários e encargos sociais	(1.648)	(686)	(2.334)	(2.072)
Administradores	–	(450)	(450)	(636)
Administrativas	(3.935)	(995)	(4.930)	(4.522)
Depreciação e amortização	(136)	(102)	(238)	(220)
Outras receitas e despesas	(1.270)	(60)	(1.330)	(712)
Total das despesas operacionais, líquidas	(6.989)	(2.293)	(9.282)	(8.162)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	37.386	30.721	68.107	46.803
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	2.042	928	2.970	3.072
Despesas financeiras	(20.959)	(69)	(21.028)	(24.517)
Total do resultado financeiro	(18.917)	859	(18.058)	(21.445)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	18.469	31.580	50.049	25.358
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.086)	(1.304)	(7.390)	(8.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.526	–	1.526	1.697
Lucro líquido do período	13.909	30.276	44.185	18.544

Fluxos de Caixa de operações destinadas a venda	Rio Verde	Rio Canoas	2013 Combinado	2012 Combinado
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	13.909	30.276	44.185	18.544
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação	23.073	3.656	26.729	22.912
Amortização	10	16	26	9
Juros sobre empréstimos e financiamentos	19.637	39.135	58.772	48.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.526)	–	(1.526)	(1.697)
Baixa de bens do imobilizado	966	–	966	50
Provisão imposto de renda sobre JSCP	(940)	–	(940)	–
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(1.331)	(32.626)	(33.957)	(222)
Contas a receber de partes relacionadas	2.582	–	2.582	–
Impostos a recuperar	7.484	–	7.484	8.006
Adiantamento a fornecedores	–	19.791	19.791	4.725
Outras variações no ativo	(891)	(656)	(1.547)	2.943
Fornecedores	(1.837)	(23.775)	(25.612)	5.611
Obrigações sociais	(432)	16	(416)	536
Obrigações fiscais	1.634	3.317	4.951	2.160
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.229)	–	(3.229)	883
Outras obrigações	1.062	3.451	4.513	(7.465)
Dividendos a pagar	–	–	–	5.332
JSCP a pagar	–	–	–	5.692
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	60.171	42.601	102.772	116.340
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(645)	(378.511)	(379.156)	(453.584)
Aquisição de bens do intangível	(33)	(274)	(307)	(7.702)
Aplicação financeira restrita	–	(2.549)	(2.549)	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(678)	(381.334)	(382.012)	(461.286)
Atividades de financiamento				
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	(30.429)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	61.383	61.383	40.325
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	81.000	81.000	451.149
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(41.745)	–	(41.745)	(306.653)
Venda antecipada de energia	–	186.994	186.994	–
Dividendos propostos	(13.082)	–	(13.082)	(5.332)
JSCP a pagar	(5.727)	–	(5.727)	(6.697)
Integralização de capital com AFAC	–	–	–	115.177
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(60.554)	329.377	268.823	257.540
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(1.061)	(9.356)	(10.417)	(87.406)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.301	9.849	11.150	98.556
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	240	493	733	11.150

Demonstrações dos valores adicionados de operações destinadas a venda	Rio Verde	Rio Canoas	2013 Combinado	2012 Combinado
Receitas	130.973	43.818	174.791	115.334
Receitas relativas à venda de energia	130.973	42.648	173.621	115.065
Receitas relativas a construção de ativos próprios	–	1.170	1.170	269
Insumos adquiridos de terceiros	(55.390)	(6.325)	(61.715)	(31.169)
Custos dos serviços vendidos	(50.460)	(4.099)	(54.559)	(25.974)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.930)	(2.226)	(7.156)	(5.195)
Valor adicionado bruto	75.583	37.493	113.076	84.165
Depreciação e amortização	(23.083)	(3.672)	(26.755)	(22.920)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	52.500	33.821	86.321	(22.920)
Valor adicionado recebido em transferência	2.042	928	2.970	3.072
Receitas financeiras	2.042	928	2.970	3.072
Valor adicionado total a distribuir	54.542	34.749	89.291	64.317
Distribuição do valor adicionado	54.542	34.749	89.291	64.317
Pessoal	2.129	1.135	3.264	3.460
Remuneração direta	1.431	890	2.321	2.979
Benefícios	583	172	755	382
F.G.T.S.	115	73	188	99
Impostos, taxas e contribuições	17.436	3.269	20.705	24.372
Federais	17.149	3.267	20.416	24.298
Estaduais	40	2	42	12
Municipais	247	–	247	62
Remuneração de capitais de terceiros	21.068	69	21.137	24.639
Juros relativos à capitais de terceiros	20.959	69	21.028	24.517
Aluguéis	109	–	109	122
Lucros retidos do exercício	13.909	30.276	44.185	11.846
Juros sobre capital próprio	6.265	–	6.265	6.697
Dividendos	4.135	–	4.135	5.331
Lucro (prejuízo) do período	3.509	30.276	33.785	(182)

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como "Participações a Comercializar", o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

Operações descontinuadas

Em 27 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a descontinuação das atividades operacionais do segmento de cabotagem que é composto pelas empresas NTL – Navegação e Logística S.A. ("NTL"), Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra") e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.("Vessel-Log").

As empresas do segmento de cabotagem apresentavam alta alavancagem operacional e baixa utilização da capacidade. Considerando o atual cenário favorável para novos negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo decidiu focar seus esforços nestas oportunidades.

Os totais dos ativos e passivos das controladas Maestra, NTL e Vessel foram segregados entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" e o resultado reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5). Imediatamente antes da classificação destas controladas como "Operações descontinuadas", o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foram estimados e então constituída uma provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R$ 130.656 (R$ 91.015 proporcional a participação da Companhia), para que o valor contábil dos ativos registrados no grupo fosse reduzido ao seu valor justo.

	Participação (%)	2013
Capital Social	69,66%	1
Reserva de capital	69,66%	(259.318)
Prejuízos acumulados	69,66%	(41.973)
Adiantamento para futuro aumento de capital	100,00%	26
Total Mestra		(301.264)
Capital Social Integralizado	25,36%	68.374
Capital Social a Integralizar	–	(1.256)
Reserva de capital	25,36%	55.151
Prejuízos acumulados	25,36%	(167.494)
Adiantamento para futuro aumento de capital	100,00%	58.029
Total Vessel-Log		12.804
Capital Social	25,52%	74.723
Capital Social a Integralizar	–	(1.299)
Reserva de capital	25,52%	60.111
Prejuízos acumulados	25,52%	(193.194)
Adiantamento para futuro aumento de capital	100,00%	80.792
Total NTL		21.133
Total		(267.327)
Deságio na aquisição – NTL	100,00%	(308)
Total de Operações descontinuadas		(97.386)

A equivalência patrimonial calculada no exercício para os investimentos destinados a operações descontinuadas na Maestra foi de R$ (19.840), NTL R$ (77.543) e Vessel-Log R$ (73.017).

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais de operações descontinuadas	Maestra	Vessel	NTL	2013 Combinado
Ativos				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	27	1.781	298	2.106
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	–	–
Contas a receber	–	7.731	8.231	15.962
Adiantamentos a fornecedores	37	1.452	2.736	4.225
Impostos a recuperar	1.867	4.047	5.311	11.225
Contas a receber partes relacionadas	109	38	–	147
Despesas antecipadas	–	90	94	184
Estoques	–	2.545	2.098	4.643
	2.040	17.684	18.768	38.492
Ativo não circulante				
Contas a receber partes relacionadas	–	67.970	9.552	77.522
Outros créditos	–	12.279	15.947	28.226
Investimentos	–	77.552	–	77.552
Imobilizado	137	48.082	52.935	101.154
Intangível	313	25	135	473
Total do ativo	2.490	223.592	97.337	323.419

Balanços Patrimoniais de operações descontinuadas	Maestra	Vessel	NTL	2013 Combinado
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	125.076	4.032	20.122	149.230
Fornecedores	677	15.076	12.028	27.781
Debêntures	–	155.010	–	155.010
Salários	384	2.419	1.617	4.420
Obrigações fiscais	3.486	7.767	11.747	23.000
Adiantamentos de clientes	–	550	726	1.276
Contas a pagar partes relacionadas	9.199	14.740	21.252	45.191
Arrendamento mercantil	–	44	8.058	8.102
	138.822	199.638	75.550	414.010
Passivo não circulante				
Impostos, taxas e contribuições	–	1.192	654	1.846
Contas a pagar – partes relacionadas	99.989	9.553	–	109.542
Provisão sobre patrim. líq. negativo de controladas	64.943	–	–	64.943
Outras obrigações	–	405	–	405
	164.932	11.150	654	176.736
Patrimônio líquido				
Capital social	1	67.118	73.424	140.543
Reserva de capital	(259.318)	55.151	60.111	(144.056)
Prejuízos acumulados	(41.973)	(167.494)	(193.194)	(402.661)
Adiantamento para fut. aum. de capital	26	58.029	80.792	138.847
Total do patrimônio líquido	(301.264)	12.804	21.133	(267.327)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.490	223.592	97.337	323.419

Demonstração do resultado de operações descontinuadas	Maestra	Vessel	NTL	2013 Combinado
Receita operacional líquida	6.280	60.929	87.907	155.116
Custos operacionais				
Operação de cabotagem	–	(87.288)	(116.302)	(203.590)
Custo com pessoal	–	(17.112)	(16.819)	(33.931)
Depreciação	–	(3.697)	(5.355)	(9.052)
Total dos custos operacionais	–	(108.097)	(138.476)	(246.573)
Lucro (Prejuízo) operacional bruto	6.280	(47.168)	(50.569)	(91.457)
Despesas operacionais, líquidas				
Despesas gerais e administrativas	(3.584)	(1.957)	(3.213)	(8.754)
Administradores	(525)	(529)	–	(1.054)
Salários e encargos sociais	(4.540)	(4.305)	(3.842)	(12.687)
Depreciação e amortização	(114)	(39)	(272)	(425)
Resultado de equivalência patrimonial	15.493	–	–	15.493
Outras receitas operacionais	–	15	336	351
Outras despesas operacionais	(5.414)	(32.961)	(48.942)	(87.317)
Total das despesas operacionais, líquidas	1.316	(39.776)	(55.933)	(94.393)
Lucro (Prejuízo) operacional, antes do resultado financeiro	7.596	(86.944)	(106.502)	(185.850)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	126	1.587	2.938	4.651
Despesas financeiras	(36.424)	(22.821)	(11.204)	(70.449)
Total do resultado financeiro	(36.298)	(21.234)	(8.266)	(65.798)
Prejuízo líquido do período	(28.702)	(108.178)	(114.768)	(251.648)

11 Despesas de exercícios seguintes

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Gastos com apólices de seguros (i)	88	77	1.408	1.788
Outros gastos	5	22	243	465
	93	99	1.651	2.253
Parcela do circulante	93	99	1.651	1.828
Parcela do não circulante	–	–	–	425

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

12 Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento (Controladora)	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes em 2013	Investimentos permanentes em 2012
Econorte	95.347	100,0%	95.347	–	95.347	104.672
Rio Tibagi	12.552	100,0%	12.552	–	12.552	6.908
Concepa	97.631	100,0%	97.631	–	97.631	92.393
Rio Guaíba	304	100,0%	304	–	304	3.069
Concer	368.585	62,5%	230.366	–	230.366	267.554
Rio Bonito	3.344	62,5%	2.090	–	2.090	1.494
Convale	360	100,0%	360	–	360	359
Tucano	7.859	100,0%	7.859	–	7.859	7.707
Retirinho	1.795	100,0%	1.795	–	1.795	393
Guariroba	1.844	100,0%	1.844	–	1.844	1.844
Estrela	1.822	100,0%	1.822	–	1.822	1.050
TPI-Log	743.985	100,0%	743.985	–	743.985	772.324
Portonave (*)	838.602	33,3%	266.737	38.392	305.129	327.875
Trevally	1	100,0%	1	–	1	1
MaNave	–	100,0%	–	–	–	2.338
Portonaus	39.337	100,0%	39.337	–	39.337	16.285
Taboca	1.370	100,0%	1.370	–	1.370	1.351
Anddis	1	100,0%	1	–	1	1
Dable	1	100,0%	1	–	1	1
Jahy	1	100,0%	1	–	1	1
Santip	1	100,0%	1	–	1	1
Tijoá	1	100,0%	1	–	1	1
ATTT (*)	125	64,0%	80	45	125	53
Aeroportos Brasil (*)	192.059	45,0%	86.427	10.224	96.651	108.652
TNE	173.962	100,0%	173.962	–	173.962	760
Rio Claro	6.108	100,0%	6.108	–	6.108	–
Santa Cruz	20.598	100,0%	20.598	–	20.598	–
Total Investimentos	2.607.595	–	1.790.580	48.661	1.839.241	1.717.087
Vessel-Log	–	69,66%	–	–	–	(17.582)
Rio Claro	–	100,0%	–	–	–	(93)
Maestra	–	69,66%	–	–	–	(8.058)
NTL	–	69,66%	–	–	–	(27.581)
Rio Paraíba	(400)	100,0%	(400)	–	(400)	(400)
Ecovale (*)	–	52,5%	–	(49)	(49)	(49)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(400)	–	(400)	(49)	(449)	(53.763)
Total Investimentos Líquido	2.607.195	–	1.790.180	48.612	1.838.792	1.663.324

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

Investimento (Consolidado – 2013)	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Aeroportos Brasil (*)	96.651	(12.001)
Portonave	438.497	27.407
TPI-Log (**)	597.907	(1.174)
Total Investimentos em controladas	1.133.055	14.232
Outros Investimentos	61	–
Total Outros Investimentos	61	–
Ecovale (*)	(49)	–
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(49)	–
Total Investimentos Líquido	1.133.067	14.232

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.
(**) A partir de dezembro de 2012, os investimentos na Vetria e na Portonave nos montantes de R$597.907 e 438.497 respectivamente, passaram a ser reconhecidos como MEP e não mais consolidado conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 2011	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Ganho (Perda) no aumento de participação	Transferência	Outros	Investimentos permanentes em 2013	Resultado de equivalência patrimonial 2012
Econorte	104.672	–	32.531	(41.856)	–	–	–	95.347	33.772
Rio Tibagi	6.908	–	14.225	(8.581)	–	–	–	12.552	13.189
Concepa	92.393	–	32.762	(27.524)	–	–	–	97.631	15.730
Rio Guaíba	3.069	–	29.938	(32.703)	–	–	–	304	30.750
Concer	267.554	–	19.045	(56.233)	–	–	–	230.366	20.770
Rio Bonito	1.494	–	13.445	(12.849)	–	–	–	2.090	12.765
Convale	359	30	(29)	–	–	–	–	360	(22)
Tucano	7.707	322	(170)	–	–	–	–	7.859	(209)
Retirinho	393	1.407	(5)	–	–	–	–	1.795	(7)
Guariroba	1.844	23	(23)	–	–	–	–	1.844	(26)
Estrela	1.050	794	(22)	–	–	–	–	1.822	(72)
Rio Dourado	–	–	–	–	–	–	–	–	(2)
TPI-Log	772.324	11.910	7.701	(19.498)	–	–	(28.452)	743.985	524.645
Portonave	327.875	–	18.271	(41.017)	–	–	–	305.129	1.805
Trevally	1	6	(6)	–	–	–	–	1	(4)
MaNave	2.338	–	(43)	–	–	(2.295)	–	–	(87)
Portonaus	16.285	23.769	(3.012)	–	–	2.295	–	39.337	(213)
Rio Canoas (i)	–	–	30.276	–	–	(30.276)	–	–	(404)
Taboca	1.351	42	(23)	–	–	–	–	1.370	(29)
Anddis	1	–	–	–	–	–	–	1	(2)
Dable	1	–	–	–	–	–	–	1	(2)
Jahy	1	–	–	–	–	–	–	1	(2)
Santip	1	–	–	–	–	–	–	1	(2)
Tijoá	1	2	(2)	–	–	–	–	1	(8)
ATTT	53	72	–	–	–	–	–	125	(2)
Aeroportos Brasil	108.652	–	(12.001)	–	–	–	–	96.651	(4.835)
Vessel-Log	(17.582)	62.788	(73.017)	–	74.688	(46.877)	–	–	(24.225)
TNE	760	172.658	544	–	–	–	–	173.962	(232)
Rio Claro	(93)	–	6.201	–	–	–	–	6.108	(96)
Maestra	(8.058)	24	(19.840)	–	(181.980)	209.854	–	–	(3.943)
NTL	(27.581)	86.030	(77.543)	–	84.685	(65.591)	–	–	(28.127)
Rio Paraíba	(400)	–	–	–	–	–	–	(400)	(2)
Ecovale	(49)	–	–	–	–	–	–	(49)	(4)
Juno	–	33	(33)	–	–	–	–	–	–
Jupiter	–	21.270	(672)	–	–	–	–	20.598	–
Vulcano	–	30	(30)	–	–	–	–	–	–
Marte	–	33	(33)	–	–	–	–	–	–
Diana	–	1	(1)	–	–	–	–	–	–
Santa Rita	–	–	–	–	–	–	–	–	(24)
Rio Verde (i)	–	–	13.909	–	–	(13.909)	–	–	18.948
Total	1.663.324	381.244	32.343	(240.261)	(22.607)	53.201	(28.452)	1.838.792	609.793

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii), em 31 de dezembro de 2013 os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda. Vide nota explicativa nº 10.

continua ...

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2013 e 2012

2013	Portonave	Iceport	Teconnave	Vetria	Vetorial	TPB	Aeroportos Brasil	Aeroportos Brasil – Viracopos
Caixa e equivalente de caixa	28.943	747	880	20.715	1	–	3.342	37.640
Demais contas ativo circulante	57.895	14.475	993	6.243	28.460	–	3.580	94.972
Ativo não circulante	1.602.767	10.318	34.712	5.897.389	27.077	70.852	261.404	4.119.678
Total do ativo	1.689.605	25.540	36.685	5.924.347	55.538	70.852	268.326	4.252.290
Empréstimos e financiamentos – circulante	–	10.623	–	169	–	–	–	16.327
Debêntures – circulante	58.545	–	–	–	–	–	–	–
Demais contas – passivo circulante	246.104	17.510	3.876	8.880	27.279	1	76.227	286.508
Empréstimos e financiamentos – não circulante	–	–	–	116.925	–	–	–	1.166.500
Debêntures – não circulante	174.319	–	–	–	–	–	–	–
Demais contas – passivo não circulante	372.035	165	61	2.011.760	18.938	–	40	2.270.399
Patrimônio líquido	838.602	(2.758)	32.648	3.786.613	9.321	70.851	192.059	512.556
Total do passivo e PL	1.689.605	25.540	36.585	5.924.347	55.538	70.852	268.326	4.252.290
Receita operacional líquida	278.477	100.771	53.489	–	–	–	–	1.722.565
Custo dos serviços prestados	(78.296)	(99.002)	(10.818)	–	–	–	–	(1.507.374)
Depreciação	(95.852)	–	–	–	–	–	–	–
Amortização	–	–	–	–	–	–	–	(26.719)
Lucro bruto	104.329	1.769	42.671	–	–	–	–	188.472
Despesas operacionais líquidas	(38.878)	(2.578)	(4.462)	(10.376)	57	(31)	(466)	(47.481)
Depreciação	(12.625)	–	–	(61)	(57)	–	–	–
Amortização	(352)	–	–	(6)	–	–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	30.231	–	–	(7.357)	–	–	(26.644)	–
Outras receitas (despesas) operacionais	14.504	99	42	–	–	–	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	97.209	(710)	38.251	(17.800)	–	(31)	(27.110)	140.991
Receitas financeiras	2.435	2.179	2	25.672	–	–	2.436	13.560
Despesas financeiras	(31.454)	(1.586)	(38)	(3.431)	–	–	(2.044)	(233.696)
Variação cambial, líquida	(1.067)	(2.497)	–	–	–	–	–	–
Resultado financeiro líquido	(30.086)	(1.904)	(36)	22.241	–	–	392	(220.136)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	67.123	(2.614)	38.215	4.441	–	(31)	(26.718)	(79.145)
IR/CSLL								
Correntes	(31.391)	–	(6.167)	–	–	–	(1.009)	–
Diferidos	19.082	797	–	–	–	–	–	26.902
Lucro líquido (prejuízo) do período	54.814	(1.817)	32.048	4.441	–	(31)	(27.727)	(52.243)

2012	Portonave	Iceport	Teconnave	Vetria	Vetorial	TPB	Aeroportos	Aeroportos Brasil – Viracopos
Caixa e equivalente de caixa	35.283	2.645	1.470	1.491	1	–	71.982	109.628
Demais contas ativo circulante	54.235	28.832	1.117	158	28.460	–	3.836	33.236
Ativo não circulante	1.617.223	14.418	22.669	6.545.246	27.077	70.852	145.657	2.624.194
Total do ativo	1.706.741	45.895	25.256	6.546.895	55.538	70.852	221.475	2.767.058
Empréstimos e financiamentos – circulante	–	29.134	–	–	–	–	–	32
Debêntures – circulante	26.764	–	–	–	–	–	–	–
Demais contas – passivo circulante	161.818	16.096	3.186	598	27.279	–	2.709	236.875
Empréstimos e financiamentos – não circulante	–	–	–	–	16.964	–	–	47.896
Debêntures – não circulante	220.643	–	–	–	–	–	–	–
Demais contas – passivo não circulante	394.718	1.325	84	2.582.059	1.974	–	40	2.196.654
Patrimônio líquido	902.798	(660)	21.986	3.964.238	9.321	70.852	218.726	285.601
Total do passivo e PL	1.706.741	45.895	25.256	6.546.895	55.538	70.852	221.475	2.767.058
Receita operacional líquida	233.775	109.192	40.605	–	3.918	–	–	262.764
Custo dos serviços prestados	(66.608)	(110.901)	(10.709)	–	(7.960)	–	–	(245.388)
Depreciação	(93.241)	–	–	–	(29)	–	–	(17)
Amortização	–	–	–	–	–	–	–	(3.041)
Lucro bruto	73.926	(1.709)	29.896	–	(4.071)	–	–	14.318
Despesas operacionais líquidas	(31.360)	(3.907)	(3.832)	(1.623)	(453)	(28)	(1.321)	(18.745)
Depreciação	(13.118)	–	–	(39)	–	–	–	(31)
Amortização	(351)	–	–	(2)	–	–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	17.136	–	–	98	–	–	(16.035)	–
Outras receitas (despesas) operacionais	13.962	180	8	–	6.251	–	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	60.195	(5.436)	26.072	(1.566)	1.727	(28)	(17.356)	(4.458)
Receitas financeiras	2.262	4.622	16	33.918	–	–	9.340	4.243
Despesas financeiras	(27.646)	(4.397)	(38)	(9)	(25)	–	(12)	(47.425)
Variação cambial, líquida	(24.330)	(452)	–	–	–	–	–	–
Resultado financeiro líquido	(49.714)	(227)	(22)	33.909	(25)	–	9.328	(43.182)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	10.481	(5.663)	26.050	32.343	1.702	(28)	(8.028)	(47.640)
IR/CSLL								
Correntes	(18.697)	–	(4.664)	(9)	–	–	(2.706)	–
Diferidos	16.945	1.413	–	–	–	–	–	16.198
Lucro líquido (prejuízo) do período	8.729	(4.250)	21.386	32.334	1.702	(28)	(10.734)	(31.442)

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.
A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

13 Imobilizado

Consolidado	Terrenos	Edific. e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proces. de Dados	Imobilizado em Andamento (i)	Veículos	Embarcações	Outros	Total
Custo										
Saldo em 31/12/2012	13.993	11.968	4.219	1.497	2.488	4.067	5.757	142.330	39.853	226.172
Construções/Aquisições	21.845	235	823	91	106	8.540	790	–	41	32.471
Baixas	–	(184)	(55)	(4)	(9)	–	(254)	–	(28)	(534)
Transferências (ii)	–	(58)	(353)	(415)	(855)	–	–	(142.330)	(39.713)	(183.724)
Saldo em 31/12/2013	35.838	11.961	4.634	1.169	1.730	12.607	6.293	–	153	74.385
Depreciação										
Saldo em 31/12/2012	–	(2.329)	(1.309)	(619)	(1.194)	–	(3.268)	(9.734)	(7.719)	(26.172)
Depreciação	–	(475)	(567)	(107)	(226)	–	(1.072)	–	(14)	(2.461)
Baixas	–	69	21	–	1	–	173	–	30	294
Transferências (ii)	–	11	34	86	215	–	–	9.734	7.647	17.727
Saldo em 31/12/2013	–	(2.724)	(1.821)	(640)	(1.204)	–	(4.167)	–	(56)	(10.612)
Valor residual líquido										
Saldo em 31/12/2012	13.993	9.639	2.910	878	1.294	4.067	2.489	132.596	32.134	200.000
Saldo em 31/12/2013	35.838	9.237	2.813	529	526	12.607	2.126	–	97	63.773
Taxas de depreciação	–	4%	10%	10%	20%	–	20%	5%	10%	

(i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.
(ii) As transferências ocorridas referem-se ao ativo imobilizado da cabotagem que foi reclassificado para operações descontinuadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Custo atribuído ("*Deemed Cost*")

	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo	UHE Salto - Rio Verde (*)	Ajuste avaliação patrimonial (patrimônio líquido)
Ajuste ao custo atribuído	595.787	202.568	(4.989)	482.738
Depreciação acumulada	(41.747)	(14.194)	(3.500)	(31.053)
Saldo em 31/12/2012	554.040	188.374	(8.489)	451.685
Depreciação do período	(41.747)	(14.194)	(3.500)	(31.053)
Saldo em 31/12/2013 (*)	512.293	174.180	(11.989)	420.632

(*) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.
A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.
A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

14 Intangível

Controladora	Ágio na aquisição da						
Custo	**Econorte (i)**	**Vessel**	**Esparta Esparta Rio Guaíba**	**Concepa (iii)**	**Portonave (ii)**	**Desenvolvimento de projetos (iv)**	**Licenças de uso e softwares**	**Total Controladora**
Saldo em 31/12/2012	41.476	114	267	4.028	78.448	47.009	537	171.879
Adições	–	–	–	–	–	17.731	233	17.964
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferência	–	–	–	–	–	(13.422)	–	(13.422)
Saldo em 31/12/2013	41.476	114	267	4.028	78.448	51.318	770	176.421
Amortização								
Saldo em 31/12/2012	(20.574)	–	(96)	–	–	–	(283)	(20.953)
Amortização	(2.354)	–	(38)	–	–	(87)	(106)	(2.585)
Saldo em 31/12/2013	(22.928)	–	(134)	–	–	(87)	(389)	(23.538)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2012	20.902	114	171	4.028	78.448	47.009	254	150.926
Saldo em 31/12/2013	18.548	114	133	4.028	78.448	51.231	381	152.883
Taxa de amortização	0,63%	–	0,95%	–	–	–	20%	

Consolidado	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Outros Intangíveis (vi)	Total
Custo				
Saldo em 31/12/2012	171.879	2.143.316	18.812	2.334.007
Adições	17.964	206.917	34.125	259.006
Baixas	–	(820)	(10.305)	(11.125)
Transferência	(13.422)	45.951	(611)	31.918
Saldo em 31/12/2013	176.421	2.395.364	42.021	2.613.806
Amortização				
Saldo em 31/12/2012	(20.953)	(925.240)	(334)	(946.527)
Amortização	(2.585)	(103.328)	(4.597)	(110.510)
Amortização – mais valia	–	(68.738)	–	(68.738)
Baixas	–	2.500	–	2.500
Transferência	–	–	208	208
Saldo em 31/12/2013	(23.538)	(1.094.806)	(4.723)	(1.123.067)
Valor residual líquido				
Saldo em 31/12/2012	150.926	1.218.076	18.478	1.387.480
Saldo em 31/12/2013	152.883	1.300.558	37.298	1.490.739
Taxa de amortização	–	4 a 5%	–	

(*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

(i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
(ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da ultima parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R$118.861. No processo de incorporação, o montante de R$40.413 (R$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R$78.448 foi transferido à Companhia.
(iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
(iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações. A transferência ocorrida de R$ 13.422 refere-se aos investimentos feitos para aquisição do direito real de superfície para o projeto Portonaus o qual foi aportado pela Companhia na controlada MaNave em 2013.
(v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
(vi) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com as controladas Portonaus, MaNave e Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2013 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

15 Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concepa e Concer registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado 2013	2012
Econorte	**33.363**	34.920
Concepa	–	1.451
Concer	**598**	598
	33.961	36.969
Parcela do circulante	**12.731**	8.532
Parcela do não circulante	**21.230**	28.437

16 Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado 2013	2012
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	**18.313**	22.921
Conta garantida Santander	Não há	126,5% do CDI	34.200	–
Conta garantida banco do Brasil	Não há	CDI+3,307184% a.a	30.000	–
Concepa:				
Capital de giro – Banco Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	–	10.417
Conta garantida – Banco Santander	Não há	121,5% do CDI	**34.845**	9.587
Concer:				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	–	1.626
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	–	9.103
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	–	3.007
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	**6.905**	8.596
Financiamento de imobilizado – FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	7,0% a.a.	**558**	69
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Alienação fiduciária	18,15% a.a.	**1.324**	119
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	118,0% do CDI	**25.044**	–
Conta garantida – Banco Itaú	Sem aval	118,0% do CDI	**10.000**	–
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	118,0% do CDI	–	67.993
Econorte:				
Conta garantida – Santander	Não há	121,0% do CDI	**58.300**	4.450
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen	Aval da Companhia (Triunfo)	13% a.a.	**44**	193
Maestra				
Conta garantida – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	–	37.913
Conta garantida – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	IPCA + 5,75% a.a.	–	30.855
Cédula de crédito bancário – Banco Indusval & Partners	Aval da Companhia (Triunfo)	IPCA + 6% a.a.	–	15.045
NTL				
Financiamento de imobilizado – FMM – BNDES	Alienação fiduciária	TJLP + 4,16% a.a.	–	17.345
Cédula de crédito bancário – Banco Safra	Cessão fiduciária	CDI+4,16% a.a.	–	2.990
Vessel				
Cédula de crédito bancário – Banco Safra	Cessão fiduciária	CDI+4,16% a.a.	–	3.081
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	**152**	288
Financiamento de imobilizado – Finame – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7% a.a.	**217**	385
Financiamento de imobilizado – Finame – Banco Santander	Alienação fiduciária	11,7% a.a.	**541**	717
Financiamento de imobilizado – CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	**37**	81
Financiamento de imobilizado – CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	**113**	–
			220.593	246.781
Parcela do circulante			**199.804**	142.465
Parcela do não circulante			**20.789**	104.316

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.
O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	**4.468**	**6.657**
2016	**4.468**	**6.634**
2017	**4.468**	**6.493**
Após 2017	**372**	**1.005**
	13.776	**20.789**

17 Debêntures

Consolidado	2013	2012
Triunfo (controladora)	**706.177**	694.434
Concepa	**136.874**	173.251
Econorte	**91.603**	102.485
Vessel-log	–	145.941
Concer	**195.671**	–
	1.130.325	1.116.111
Parcela do circulante	**68.798**	93.152
Parcela do não circulante	**1.061.527**	1.022.959

a) Triunfo
1ª Emissão
Em 1 de janeiro de 2002, foram emitidas 60.000 debêntures nominativas e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R$60.000, amortizadas em cinco parcelas anuais iguais.
Em 8 de janeiro de 2013 a Companhia liquidou a 1ª emissão de debêntures através do pagamento da última parcela no montante de R$28.322. O saldo em 31 de dezembro de 2012 era R$28.569.
As debêntures eram atualizadas monetariamente pela variação do IGP-M, e eram remuneradas mensalmente com base no valor unitário atualizado até dezembro de cada exercício a taxa de 1% sobre o saldo em circulação no último dia do mês e pagas no 5º dia útil do mês subsequente.
Os gastos de emissão, líquidos do ágio e deságio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representavam os montantes de R$37 em 31 de dezembro de 2012, que juntamente com a taxa fixa de remuneração mensal incorporavam a taxa efetiva da operação de 1,2% ao mês.
3ª Emissão
Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são de R$211.308 e R$198.459, respectivamente.
As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 8,65%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.
Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R$ 3.539 e R$4.451 em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.
4ª Emissão
Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R$ 472.500.
As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são R$ 494.869 e R$ 467.406, respectivamente.
O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.
As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 7% que serão pagos anualmente a partir da emissão.
Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R$ 14.294 e R$ 17.995 em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.
b) Concepa
4ª Emissão
Em 1º de setembro de 2006 foram emitidas 32.000 debêntures públicas nominativas, não conversíveis em ações, referentes à quarta emissão, com quatro anos de carência e vencimento em quatro parcelas anuais. Em 02 de setembro de 2013 ocorreu a liquidação da última parcela.
As debêntures referentes à quarta emissão eram atualizadas pela variação monetária do IGP-M, acumulado a cada 12 meses, e recebiam uma remuneração, paga anualmente, à taxa de juros equivalente a 10% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação. O saldo em 31 de dezembro de 2012 dessas debêntures era de R$12.219.
Os gastos de emissão foram apresentados como redutores do saldo devedor e representavam o montante de R$201 em 31 de dezembro de 2012.
5ª Emissão
Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R$ 136.874 e R$161.032, respectivamente.
As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.
Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R$ 2.598 e R$3.573 em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 respectivamente.
c) Econorte
2ª Emissão
Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R$ 1.000 cada.
As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são de R$ 91.603 e R$102.485, respectivamente.
As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.
Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R$1.089 e R$1.416 em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.
d) Concer
1ª Emissão
Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 é de R$195.671.
O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.
Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R$ 5.327 em 31 de dezembro de 2013.
Além das garantias da arrecadação dos pedágios, da alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo e da hipoteca da embarcação Maestra Pacífico, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de concessão de uso do bem público celebrado pela controlada Rio Canoas com a Aneel, do penhor de 100% das ações representativas do capital social da controlada Concer e da alienação fiduciária de 100% das quotas representativas o capital social da controlada Rio Bonito, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.
Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5. Em 02 de setembro de 2013 o saldo existente na conta da controlada Concepa foi totalmente utilizado para a liquidação das debêntures da 4ª emissão e dos CCBs.
A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	–	**141.006**
2016	**72.640**	**220.819**
2017	**288.571**	**367.673**
2018	**269.189**	**269.189**
2019	**62.840**	**62.840**
	693.240	**1.061.527**

A Taxa Interna de Retorno – TIR das transações estão demonstradas a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Triunfo	1ª Emissão	01/01/2002	60.000	(5.760)	54.240	IGP-M + 12,00%	IGP-M + 13,01%
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	IPCA + 9,11%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(3.215)	77.445	CDI+2,20%	CDI+3,20%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(15.616)	376.224	IPCA+7,0%	IPCA+7,89%
Concepa	4ª Emissão	01/06/2006	32.000	(960)	31.040	IGP-M + 10,00%	IGP-M + 10,50%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%
Concer	1ª Emissão	12/07/2013	200.000	(5.689)	194.311	IPCA + 5,90%	IPCA + 6,53%
			1.224.500	**(42.310)**	**1.182.190**		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

Emissora	Custos de transação	Saldo amortizado	Saldo a amortizar
Triunfo	(5.760)	5.760	–
Triunfo	(4.950)	1.411	(3.539)
Triunfo	(3.215)	775	(2.440)
Triunfo	(15.616)	3.762	(11.854)
Concepa	(960)	960	–
Concepa	(4.320)	1.722	(2.598)
Econorte	(1.800)	711	(1.089)
Concer	(5.689)	362	(5.327)
	(42.310)	**15.463**	**(26.847)**

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2014	4.532	7.050
2015	4.532	7.050
2016	4.532	6.408
2017	3.934	5.261
2018	303	1.078
	17.833	**26.847**

continua ...

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

18 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	–	–	3.063	3.793
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	–	–	9.199	12.548
Imposto de Renda Retido na Fonte	30	12	539	1.168
Cofins	25	1.091	2.332	4.804
PIS	6	237	1.234	1.916
INSS	–	1	161	90
Imposto Sobre Serviços	–	6	4.723	6.051
Imposto sobre Operações Financeiras	317	80	261	2.773
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	62	10	563	10
ICMS	–	–	–	7.626
Outros impostos e contribuições	–	–	269	1.286
	440	1.437	22.344	42.065
Parcela do circulante	440	1.437	20.501	36.733
Parcela do não circulante	–	–	1.843	5.332

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	2013	2012
Maestra	–	15.924
NTL	–	110.197
Vessel-log	–	83.168
Triunfo	409.443	334.407
	409.443	543.696

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Reserva de reavaliação	119.944	141.588
Estorno de amortizações – ICPC 01	54.366	46.304
	174.310	187.892

20 Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Aquisição de direito de exploração de superfície	3.250	6.500	3.250	6.500
Aquisição de investimento na Moss	–	–	1.000	1.000
	3.250	6.500	4.250	7.500
Parcela do circulante	–	–	1.000	1.000
Parcela do não circulante	3.250	6.500	3.250	6.500

a) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

b) Aquisição de investimento na Moss

Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonaus celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das Quotas Sociais de Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R$4.500, conforme nota explicativa nº 1 a) iv). Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R$3.500. O saldo remanescente de R$1.000 será liquidado em duas parcelas de R$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

21 Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R$15.796 será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R$26 e para implantação de adutora o valor de R$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Receita recebida antecipadamente	12.583	14.490
(-) Receita apropriada ao resultado	(1.713)	(1.950)
	10.870	12.540

22 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base na opinião de seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31/12/12	Complemento	Pagamentos	31/12/13
Processos cíveis	860	568	(122)	1.306
Processos trabalhistas	2.601	7	(191)	2.417
Total provisão	3.461	575	(313)	3.723

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As Concessionárias de Rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R$20.785 e R$15.567 em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

A principal alteração ocorrida no período é de natureza tributária e trata-se de um processo administrativo fiscal da controlada Concepa decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Porto Alegre – RS, por ter a fiscalização desconsiderada a dedutibilidade tanto da despesa de amortização de ágio gerado na aquisição de participação da Concepa pela Companhia quanto das despesas com serviços prestados pela controlada Rio Guaíba. O processo encontra-se em fase inicial de análise na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento de nossos assessores jurídicos responsáveis pela condução do processo de que as chances de êxito para esse caso são possíveis.

Ademais, não houve outras alterações relevantes nos litígios divulgados pela Companhia nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As Concessionárias de Rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

a) Litígio sobre a concessão na Econorte

A Econorte é empresa concessionária de rodovias do Lote nº 1 do Anel de Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná. A anterior administração do Governo do Estado do Paraná perpetuou diversos atos para buscar a redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais. Desde então, o Poder Público Estadual adotou diversas medidas contra as concessões rodoviárias do Estado, sendo que as principais partem para a encampação das concessões, desapropriações das ações de controle, caducidade dos contratos, negativa retórica da aplicação dos reajustes anuais das tarifas de pedágio, tentativa de buscar a nulidade dos aditivos contratuais, desconsiderações das disposições contratuais, além de outras medidas levadas a efeito pela administração pública.

A Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, buscou a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores.

Adicionalmente, em 2008, a Econorte, em cumprimento das decisões judiciais prolatadas pela Justiça Federal de Jacarezinho (PR), teve suas atividades parcialmente suspensas dentro do âmbito da jurisdição da referida Justiça. Em dezembro do mesmo ano, a Concessionária retomou a integralidade dos serviços concessionados, com base na decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, mantendo incólume a concessão de que é titular. Em 02 de março de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, confirmou a decisão monocrática proferida no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, assegurando a incolumidade do Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos.

A Econorte busca, por meio de ações judiciais, o reconhecimento em seu favor de eventos que causaram o desequilíbrio do contrato de concessão, que não foram reconhecidos pela anterior Administração do Estado. Caso julgados procedentes, tais eventos conduzirão ao direito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, seja pelo aumento da tarifa ou pela redução no montante dos investimentos ou ainda pelo aumento no prazo da concessão, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

Em 31 de dezembro de 2013, a Econorte representava aproximadamente 5,20% do total dos investimentos da Triunfo e 21% das receitas operacionais líquidas consolidadas.

b) Suspensão do contrato de concessão da Ecovale

A controlada Ecovale teve o contrato suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ("TCE/SC"). O Tribunal de Contas da União ("TCU") acatou a sugestão do TCE catarinense de anular o processo licitatório e, por conseguinte, o contrato de concessão da Ecovale firmado no âmbito desse processo. A concessionária impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal – STF contra ato do TCU, requerendo a concessão de medida liminar, a fim de sustar o ato impugnado até o julgamento final do pedido.

Em relação às possibilidades de êxito, a Administração da Ecovale, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera possíveis as chances de insucesso.

Por se tratar de sociedade em fase pré-operacional, a Ecovale não possui receitas operacionais e, portanto, o desfecho desfavorável dessa ação não impactaria as operações da Companhia.

23 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R$ 842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 31 de dezembro de 2013, já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 destas ações.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R$5,49 por ação, totalizando um aumento de R$51.032. Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R$ 6,32 gerando um ágio de R$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R$512.979.

Em 23 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R$11,00 por ação, totalizando um aumento de R$330.000, homologado através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2013, passando a ser representado por 176.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R$842.979.

b) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica "Lucros acumulados", nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 13, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2013	2012
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(98.807)	515.557
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	176.000.000	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	2.000.000	1.835.616
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.643.614)	(1.750.789)
Resultado por ação – básico	(0,56140)	3,53121
Resultado por ação – diluído	(0,56027)	3,52520

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2013 e 2012, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

e) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	2013	2012
Lucro (Prejuízo) líquido	(98.807)	515.557
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar	–	(480.971)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	25.213	39.744
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	31.052	31.053
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	(42.542)	105.383
(-) Constituição da reserva legal (5%)	–	(25.778)
(+) Reserva de retenção de lucros	176.503	143.618
(-) Distribuição de Dividendos Intermediários	(62.700)	(46.720)
Saldo à disposição dos acionistas	71.261	176.503

f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

g) Reserva de Lucros a Realizar

O montante de R$480.971 corresponde à constituição da reserva de lucros a realizar sobre o ganho de capital na variação de participação na constituição da Vetria conforme a nota explicativa nº 1 a) iv).

24 Receita operacional líquida

	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	643.841	591.652
Operação de carga própria – porto	9.446	3.888
Operação de energia	47.937	–
Construção de ativos das concessões de rodovia	206.917	173.549
Operação de cabotagem	–	132.914
Outros	10.587	15.597
	918.728	917.600
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(75.686)	(83.054)
	843.042	834.546

25 Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010. Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Controladora e consolidado	2013 Quantidade	2013 Preço médio ponderado – R$	2012 Quantidade	2012 Preço médio ponderado – R$
Saldo no início do ano	2.000.000	9,00	1.500.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	–	–	500.000	9,00
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00

Controladora e consolidado	2013	2012
Ações exercíveis	2.000.000	1.835.616
Prazo de vida útil (anos)	4	5
Preço médio ponderado – R$	9,00	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2012	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R$ 4,1865, R$5,1123, R$2,6118 e R$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são de R$688 e R$1.729, respectivamente, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R$597 (R$1.496 em 31 de dezembro de 2012) e despesa com pessoal no montante de R$91 (R$233 em 31 de dezembro de 2012).

26 Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura: Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Total Importância segurada (i)
Econorte	3.000	70.849	3.000	–	100.183	177.032
Concer	14.922	–	–	–	13.986	28.908
Concepa	12.800	24.805	7.748	–	21.583	66.936
Rio Verde	10.000	375.371	–	–	–	385.371
Rio Canoas	20.000	967.131	1.910.816	–	8.991	2.906.938
Portonave	–	–	–	10.000	–	10.000
Aeroportos Brasil – Viracopos	40.000	513.653	3.080.000	–	804.890	4.438.543
TPI	–	–	–	40.000	745.000	785.000
Total R$	100.722	1.951.809	5.001.564	50.000	1.694.633	8.798.728
Maestra/ NTL/ Vessel	–	62.350	–	–	–	62.350
Portonave	–	166.302	–	–	–	166.302
Aeroportos Brasil – Viracopos	500.000	–	–	–	–	500.000
Total US$	500.000	228.652	–	–	–	728.652

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

27 Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2013 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R$12.119.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R$13.317 (R$7.927 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e de R$20.436 (R$16.512 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado respectivamente, sendo que, desses montantes, R$597 (R$1.954 em 31 de dezembro de 2012) correspondem as opções outorgadas decorrentes do plano de opções, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora 2013	Controladora 2012
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró labore	4.723	4.096
Benefícios diretos e indiretos	284	198
Participações nos resultados	7.713	1.679
Plano de opções de compra de ações	597	1.954
	13.317	7.927

28 Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos de operações em continuidade	(98.807)	515.557	110.463	478.368
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos de operação descontinuada	–	–	(146.923)	18.544
Lucro(Prejuízo) contábil antes dos impostos sobre o lucro	(98.807)	515.557	(36.460)	496.912
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	33.594	(175.289)	12.396	(168.950)
Exclusões (adições) permanentes	(33.594)	175.289	(55.256)	170.845
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	–	–	(42.860)	1.895
Alíquota efetiva			117,6%	0,4%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02. Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

29 Resultado financeiro

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	4.493	2.485	5.456	4.322
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	14.065	12.102	14.156	7.263
Outros juros e descontos obtidos	380	9.899	574	1.684
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(99.721)	(67.608)	(112.942)	(110.613)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(12.240)	(8.782)	(34.350)	(39.618)
Outros juros, multas e atualizações	(4.601)	(1.365)	(21.261)	(11.273)
Impostos sobre operações financeiras	(893)	(533)	(1.858)	(5.703)
Resultado financeiro	(98.517)	(53.802)	(150.225)	(153.938)

30 Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008. É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Consolidado	Valor Contábil 2013	Valor Contábil 2012	Valor Justo 2013	Valor Justo 2012
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	50.668	54.331	50.668	54.331
Aplicações financeiras vinculadas	74	37.855	74	37.855
Contas a receber, líquidas	59.237	62.285	59.237	62.285
Impostos a recuperar	14.769	19.504	14.769	19.504
Depósitos judiciais	2.857	2.477	2.857	2.477
Total	127.605	176.452	127.605	176.452
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	220.593	246.781	220.593	246.781
Debêntures e prêmio de não conversão	1.130.325	1.116.111	1.130.325	1.116.111
Fornecedores	27.946	39.561	27.946	39.561
Salários, provisões e contribuições sociais	10.011	16.103	10.011	16.103
Dividendos	109	119	109	119
Impostos a pagar	22.344	42.065	22.344	42.065
Arrendamento mercantil	34	26.070	34	26.070
Contratos de aquisição de ativos	4.250	7.500	4.250	7.500
Total	1.415.612	1.494.310	1.442.195	1.494.310

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2013, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,50% para o ano de 2013 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	10,80%	8,10%	5,40%
Econorte		8	6	4
R$74 (**)		8	6	4

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de dezembro de 2013 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2013, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2013 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – CSI	CDI	4	5	6
R$34 (**)		4	5	6
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	11.981	14.976	17.972
4ª Emissão de Debêntures	CDI	53.446	66.807	80.169
R$706.177 (**)		65.427	81.783	98.141
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	10,80%	13,50%	16,20%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,67%	7,09%	8,51%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de dezembro de 2013

Triunfo (Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – Controladora	CDI	4	5	6
Conta garantida – Concepa	CDI	3.763	4.704	5.645
Conta garantida – Econorte	CDI	6.296	7.871	9.445
Finame – Rio Bonito	TJLP	11	14	16
R$93.396 (**)		10.074	12.594	15.112
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	11.981	14.976	17.972
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	53.446	66.807	80.169
Debêntures – Econorte	CDI	9.893	12.366	14.840
Debêntures – Concepa	CDI	14.782	18.478	22.174
Debêntures – Concer	CDI	21.132	26.416	31.699
R$1.130.325 (**)		111.234	139.043	166.854
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	10,80%	13,50%	16,20%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	5,49%	6,86%	8,24%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	5,67%	7,09%	8,51%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de dezembro de 2013

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de cambio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida liquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	82.513	22.921	220.593	246.781
Debêntures (Nota 17)	706.177	694.434	1.130.325	1.116.111
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(36.108)	(39.553)	(50.668)	(54.331)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	–	(28.389)	(74)	(37.855)
Dívida líquida	752.582	649.413	1.300.176	1.270.706
Patrimônio líquido	1.961.844	1.843.722	2.101.335	1.968.405
Total do capital	2.714.426	2.493.135	3.401.511	3.239.111
Índice de alavancagem financeira – %	27,73	26,05	38,22	39,23

continua …

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

31 Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.
Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.
Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.
Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:
• Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
• Administração de portos: TPI-Log, Portonaus, Moss, MaNave, Trevally, Portonave, Teconnave e Iceport;
• Energia: As controladas Rio Claro e TNE, incluindo as controladas Rio Verde e Rio Canoas, as quais encontram-se destinadas a venda conforme nota explicativa nº 10;
• Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.
• Holding: as operações da Companhia;
• Outros: As controladas Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Tijoá, Rio Dourado e ATTT.
A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.
Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

2013	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	793.521	8.047	–	66.910	–	–	(25.436)	843.042
Custos dos serviços prestados	(493.256)	(9.153)	–	(57.462)	–	–	46.144	(513.727)
Lucro bruto	300.265	(1.106)	–	9.448	–	–	20.708	329.315
Receitas (Despesas) operacionais	(45.644)	5.081	(6)	(1.353)	(342)	(290)	(26.073)	(68.627)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	254.621	3.975	(6)	8.095	(342)	(290)	(5.365)	260.688
Resultado financeiro	(51.725)	(8)	–	25	–	(98.517)	–	(150.225)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	202.896	3.967	(6)	8.120	(342)	(98.807)	(5.365)	110.463
Imposto de renda e contribuição social	(41.485)	–	–	(1.375)	–	–	–	(42.860)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	161.411	3.967	(6)	6.745	(342)	(98.807)	(5.365)	67.603
Operações Descontinuadas								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	–	–	–	–	–	–	(146.923)	(146.923)
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	161.411	3.967	(6)	6.745	(342)	(98.807)	(152.288)	(79.320)
Participação de acionistas não controladores	–	7	–	–	–	–	(19.494)	(19.487)
Lucro (prejuízo) líquido do período	161.411	3.974	(6)	6.745	(342)	(98.807)	(171.782)	(98.807)
Ativos totais por segmento	1.439.601	833.499	1	213.490	14.830	2.796.902	(358.047)	4.940.276
Passivos totais por segmento	847.269	29.561	–	33.420	10	835.058	(87.908)	1.657.410

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

2012	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	719.739	3.551	111.256	–	–	–	–	834.546
Custos dos serviços prestados	(418.190)	(2.207)	(194.790)	–	–	–	–	(615.187)
Lucro bruto	301.549	1.344	(83.534)	–	–	–	–	219.359
Receitas (Despesas) operacionais	(57.921)	522.907	(9.755)	(329)	(363)	569.359	(612.846)	411.052
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	243.628	524.251	(93.289)	(329)	(363)	569.359	(612.846)	630.411
Resultado financeiro	(49.672)	(3)	(50.461)	–	–	(53.802)	–	(153.938)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	193.956	524.248	(143.750)	(329)	(363)	515.557	(612.846)	476.473
Imposto de renda e contribuição social	(46.885)	164	48.616	–	–	–	–	1.895
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	147.071	524.412	(95.134)	(329)	(363)	515.557	(612.846)	478.368
Operações Descontinuadas								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	–	–	–	–	–	–	18.544	18.544
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	147.071	524.412	(95.134)	(329)	(363)	515.557	(594.302)	496.912
Participação de acionistas não controladores	–	(66)	–	–	–	–	18.711	18.645
Lucro (prejuízo) líquido do período	147.071	524.346	(95.134)	(329)	(363)	515.557	(575.591)	515.557
Ativos totais por segmento	1.354.536	800.700	300.307	3.234	12.412	2.662.315	(613.013)	4.520.491
Passivos totais por segmento	702.418	9.728	389.991	2.567	9	818.593	(166.846)	1.756.460

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vetorial, Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

32 Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:
a) Concer
De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.
O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2014	158.685
2015 a 2021	74.437
	233.122

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:
• Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R$210 durante o período de realização dos "Trabalhos Iniciais", R$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.
Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2013	2012
Receita de construção	102.085	67.517
Custo de construção	(102.085)	(67.517)
	–	–

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.
b) Concepa
De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.
O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2014	12.265
2015 a 2016	348
2017	87
	12.700

Até 31 de dezembro de 2013, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.
A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.
Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

Ano	Valor
2014	449
2015 a 2017	1.305
	1.754

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:
• Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R$70 durante o período de realização dos "Trabalhos Iniciais", R$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.
Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.
Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2013	2012
Receita de construção	37.450	63.537
Custo de construção	(37.450)	(63.537)
	–	–

c) Econorte
O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 31 de dezembro de 2013, estão previstos investimentos no montante de R$439.254.
O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Ano	Valor
2014	34.688
2015	16.662
2016	19.478
2017	31.366
Após 2018	337.060
	439.254

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:
• Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2013	2012
Receita de construção	67.382	42.495
Custo de construção	(67.382)	(42.495)
	–	–

d) Portonave
A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

e) Ecovale
A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão, apresentada na nota explicativa nº 22 b).

f) Rio Canoas
Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R$587 referente ao Uso do Bem Público ("UBP"). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.
A Rio Canoas celebrou, em 02 de agosto de 2011, com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, o Termo de Compensação Ambiental nº 075/2011 previsto na Lei 9.985/2000. Conforme o Termo de Compensação assinado, os recursos serão aplicados conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente – FATMA. O Oficio GBP nº 3700, de 27 de outubro de 2011, expedido pela FATMA, estabeleceu o cronograma de desembolso da Compensação Social a ser recebida pelos cinco municípios atingidos pelo empreendimento, em cumprimento ao item 6.4 da LAI – Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011.

33 Arrendamento mercantil

As controladas NTL e Vessel-Log contrataram arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para os contêineres que serão utilizados na prestação de serviços de cabotagem.
A Companhia também possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.
Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.
Em 31 de dezembro de 2013, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

2013	Controladora		Consolidado	
Prazo	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	34	33	34	33
Após um ano, mas menos de 5 anos	–	–	–	–
	34	33	34	33

34 Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.
As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R$464 (R$1.750 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R$791 (R$2.148 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de dezembro de 2013 é de 425 participantes.

35 Eventos subsequentes

a) Aeroportos Brasil – Viracopos – Aprovação financiamento BNDES
Em 02 de janeiro de 2014 a controlada Aeroportos Brasil Viracopos obteve aprovação de R$ 1,5 bilhão de financiamento de longo prazo do BNDES. Os recursos serão utilizados para pagamento do empréstimo ponte de R$ 1,2 bilhão e para dar continuidade às obras de implantação da primeira fase de expansão do Aeroporto de Viracopos.

b) Triunfo – 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais
Em 21 de janeiro de 2014 a Triunfo captou R$ 260 milhões através da 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos captados foram utilizados para a integralização do capital social obrigatório da controlada Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A..

c) Concebra – Assinatura do Contrato de Concessão
Em 31 de janeiro de 2014 a controlada CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil ("Concessionária"), assinou com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o contrato de concessão para administrar e operar a concessão rodoviária das BRs 060, 153 e 262, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

d) Triunfo – Alteração nos covenants das dívidas
Em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia renegociou as cláusulas contratuais ("Covenants") junto aos credores da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional da Companhia ("4ª Emissão").
A aprovação se deu em quórum superior a 90% dos detentores tanto da 1ª Série quanto da 2ª Série da 4ª Emissão de Debêntures.
Em contrapartida às alterações, a Emissora pagará prêmio de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o saldo devedor de 11 de março de 2014 das Debêntures da 1ª Série da 4ª Emissão e alterará os juros remuneratórios das debêntures da 2ª Série para 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a partir de 15 de março de 2014.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Resultado, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, da Controladora e Consolidado.
Nossos exames foram complementados, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.
Desta forma, tendo em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela Directa Auditores, em 20 de março de 2014, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 20 de março de 2014.

Bruno Shigueyoshi Oshiro | **Paulo Roberto Franceschi** | **Vanderlei Dominguez da Rosa**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Triunfo Participações e Investimentos S.A.**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Triunfo Participações e Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Triunfo Participações e Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação de investimentos

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Triunfo Participações e Investimentos S.A.**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.1, em decorrência da mudança de política contábil introduzida pela adoção do IFRS 11, o balanço patrimonial consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito nas notas explicativas 1.a) iii. e 10, a Companhia continua em fase de negociação para alienação de suas controladas Rio Verde Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A.. Os saldos referentes a esses investimentos estão registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas rubricas de "participações a comercializar" e "ativos e passivos de operações descontinuadas", respectivamente. Ainda conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia, no exercício de 2013, descontinuou as atividades operacionais do segmento de cabotagem de suas controladas NTL Navegação e Logística S.A., Maestra Navegação e Logística S.A. e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.. Os ativos e passivos destas controladas estão registrados nas rubricas "ativos e passivos de operações descontinuadas" no balanço patrimonial consolidado e os resultados na rubrica "operações descontinuadas" na demonstração do resultado consolidado. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de maio de 2013, sem ressalvas. Referido relatório apresentava parágrafos de ênfase similares ao deste exercício quanto aos assuntos "Avaliação de investimentos" e "Participações a comercializar e operações descontinuadas".

São Paulo, 20 de março de 2014.

Directa Auditores
Directa Auditores
CRC nº 2SP 013.002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC nº 1SP 106.895/O-1 "S"

Triunfo
Grandes desafios, soluções inteligentes.
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPIS3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Novo Mercado IGC-NM